



Universidade de Brasília
Faculdade de Direito
Curso de Pós-Graduação em Direito

Vítor Moreira Magalhães de Oliveira

O MULTISTAKEHOLDERISMO GLOBAL NÃO É MULTI NEM GLOBAL
Uma investigação sobre as estruturas coloniais na Governança de Internet da ICANN

Brasília
2019

VÍTOR MOREIRA MAGALHÃES DE OLIVEIRA

O MULTISTAKEHOLDERISMO GLOBAL NÃO É NEM MULTI NEM GLOBAL
Uma investigação sobre as estruturas coloniais na Governança de Internet da ICANN

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília como requisito para obtenção do grau de Mestre em Direito

Orientadora: Professora Christiana Soares de Freitas

Brasília - DF

2019

VÍTOR MOREIRA MAGALHÃES DE OLIVEIRA

O MULTISTAKEHOLDERISMO GLOBAL NÃO É NEM MULTI NEM GLOBAL
Uma investigação sobre as estruturas coloniais na Governança de Internet da ICANN

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília como requisito para obtenção do grau de Mestre em Direito

O candidato foi considerado _____ pela banca examinadora.

Professora Doutora Christiana Soares de Freitas – Orientadora
Faculdade de Direito/UnB

Professor Doutor Alexandre Kehrig Veronese Aguiar
Faculdade de Direito/UnB

Professor Doutor Eduardo Gonçalves Rocha
Faculdade de Direito/UFG

Professor Doutor Márcio Iorio Aranha
Faculdade de Direito/UnB

AGRADECIMENTOS

À Christiana Freitas, minha orientadora, que me guiou, incentivou e cobrou para o melhor resultado desta pesquisa.

À minha família, que me deram os meios de chegar onde estou.

Aos meus amigos, que estiveram sempre ao meu lado, mesmo quando distante.

À UnB, à UVE, às PLP's, à Extensão Universitária, que formaram minha base.

À Banca.

Às pessoas entrevistadas, que auxiliaram de maneira integrante a esta pesquisa.

A todo o movimento negro e decolonial, em especial Marcos Vinícius Lustosa Queiroz, que me auxiliou na pesquisa de literatura. Espero contribuir, do meu lugar de latino branco, com todas suas limitações, ao que as negras e negros vêm fazendo desde que foram inventados pelos brancos europeus: lutar.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar a participação dos diferentes grupos na construção de uma governança internacional e supostamente multistakeholder da internet, verificando em que medida uma possível falta de participação de alguns grupos de interesse, países e seus blocos geográficos é gerada por problemas relacionados à decolonialidade. Para tanto, além de uma revisão bibliográfica de teorias centrais da governança da internet, do pensamento decolonial, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com algumas pessoas-chave para levantar percepções e vivências daquelas pessoas que participam diretamente dos espaços de discussão da ICANN para a partir de suas contribuições analisar as participações em consultas públicas realizadas pela Entidade. Assim, a partir do marco teórico e das entrevistas realizadas, foram analisadas todas as consultas públicas realizadas no ano de 2018 pela ICANN a fim de tentar entender o perfil das e dos participantes, a eficácia e eficiência dos diferentes *stakeholders*, países e blocos geográficos. Por fim, por meio da ajuda de teorias regulatórias contemporâneas, como a regulação descentrada e da perspectiva jurídica do Direito Achado na Rua, são traçadas algumas considerações sobre possíveis ações a serem tomadas.

Palavras-chave: decolonialidade, governança da internet, ICANN, Regulação Descentrada.

ABSTRACT

This work aims to analyze the participation of different groups in the construction of an international and supposedly multistakeholder governance of the internet, verifying to what extent a possible lack of participation of some interest groups, countries and their geographical blocks is generated by problems related to decoloniality . In addition to a bibliographical review of the central theories of internet governance and decolonial thinking, semi-structured interviews were conducted with key individuals to raise perceptions and experiences of those people who participate directly in ICANN's discussion, and, by their contributions, analyze the participation in public consultations carried out by the Entity. Thus, from the theoretical framework and the interviews conducted, all the public consultations conducted in the year 2018 by ICANN were analyzed in order to try to understand the profile of the participants, the effectiveness and efficiency of the different stakeholders, countries and geographical blocks. Finally, through the help of contemporary regulatory theories, such as decentralized regulation and the juridical perspective of Law Found in the Street, some considerations were made about possible actions to be taken.

Keywords: decoloniality, internet governance, ICANN, Decentralized Regulation.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

- AF Bloco geográfico regional representativo da África na ICANN
- AFRINIC African Network Information Centre
- ALAC At-Large Advisory Committee (ICANN)
- APEC Asia-Pacific Economic Cooperation
- AP Bloco geográfico regional representativo da Ásia, Austrália e Pacífico na ICANN
- APNIC Asia Pacific Network Information Centre
- BRICS Brasil, Rússia, Índia, China, e África do Sul
- ccNSO Country Code Names Supporting Organization (ICANN)
- ccTLD country code top-level domain
- CGI.br Comitê de Gestão da Internet
- DNS Domain Name System
- EUR Bloco geográfico regional representativo da Europa na ICANN
- GAC Governmental Advisory Committee (ICANN)
- gTLD generic top-level domain
- IANA Internet Assigned Numbers Authority
- ICANN Internet Corporation for Assigned Names and Numbers
- ICANNWiki ICANN Wiki
- IETF Internet Engineering Task Force
- IGF Forum de Governança da Internet
- LAC Bloco geográfico regional representativo da América Latina na ICANN
- LACNIC Latin American and Caribbean Network Information Centre
- M3AAWG Messaging, Malware, and Mobile Anti-Abuse Working Group
- NA North America
- PLP's Promotoras Legais Populares, projeto de extensão da Faculdade de Direito da UnB.
- PTI Public Technical Identifiers (ICANN)
- TCP/IP transmission control protocol/Internet protocol
- TLD top-level domain
- UnB Universidade de Brasília
- UVE Universitários Vão à Escola, projeto de extensão da Faculdade de Direito da UnB

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	7
2 A GOVERNANÇA DA INTERNET	15
2.1 A Democracia pela internet	15
2.2 A Democracia na Internet.....	21
2.3 A Micro e a Geopolítica na Governança da Internet	25
2.4 O papel do Estado no desenvolvimento do capitalismo, inovações e tecnologia	31
3 A COLONIALIDADE.....	38
3.1 E Suas Origens.....	38
3.2 E Seus Símbolos	39
4 POSSIBILIDADES DE RESPOSTA	45
4.1 A Partir do Direito Achado na Rua.....	45
4.2 A partir de novos paradigmas de regulação.....	48
5 O PERFIL DOS PARTICIPANTES DE CONSULTAS PÚBLICAS DA ICANN	55
5.1 A Metodologia de pesquisa utilizada: vantagens e limites.....	55
5.2 Os Conhecimentos de Vivência.....	56
5.3 Os Números, Gêneros e Países das Participações Democráticas e <i>Multistakeholders</i> da ICANN	62
6. CONCLUSÃO.....	84
REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS	87
APENDICE A – EXTRATO DAS ENTREVISTAS	92

1. INTRODUÇÃO

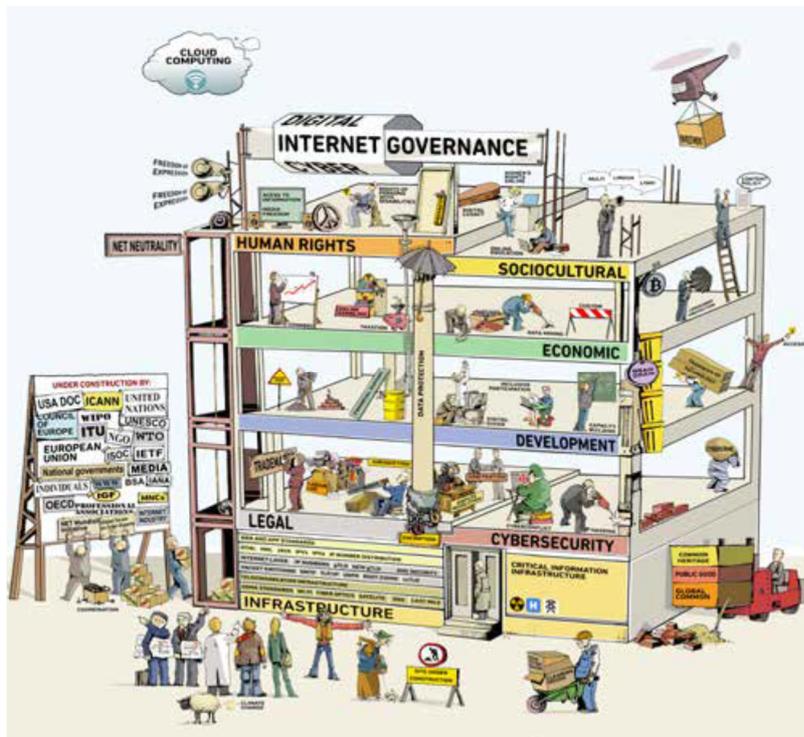
Segundo Jovan Kurbalija (2016), governança da internet é o desenvolvimento e aplicação por governos, setor privado e sociedade civil, em seus respectivos papéis, e princípios compartilhados, de normas, regras, procedimentos de decisão e programas que definem a evolução da internet¹.

A amplitude da definição coincide com a abertura que os diversos atores compartilham para atuar na definição da internet: especialistas de telecomunicação enxergam a governança pelo prisma de desenvolvimento de uma infraestrutura técnica, enquanto especialistas de computação se orientam, por exemplo, por padrões e aplicações (KURBALIJA, 2016).

Desta forma, a governança da internet em sentido amplo engloba uma miríade de temas, organizações e atores que permitem dar vida e organizar a evolução da internet tal qual a conhecemos hoje. O debate pode se tornar bem confuso, um exemplo é a imagem vinculada no livro de Jovan Kurbalija (2016), voltado a introduzir as pessoas no debate de governança da internet para diplomatas, a seguir:

¹ Nesse sentido, aponta o autor que esta é a definição tirada no encontro WSIS: “Internet governance is the development and application by governments, the private sector, and civil society, in their respective roles, of shared principles, norms, rules, decision-making procedures, and programmes that shape the evolution and use of the Internet.” (KURBALIJA, 2016, p. 5)

Figura 1 – A governança da internet em construção



Fonte: An Introduction to Internet Governance².

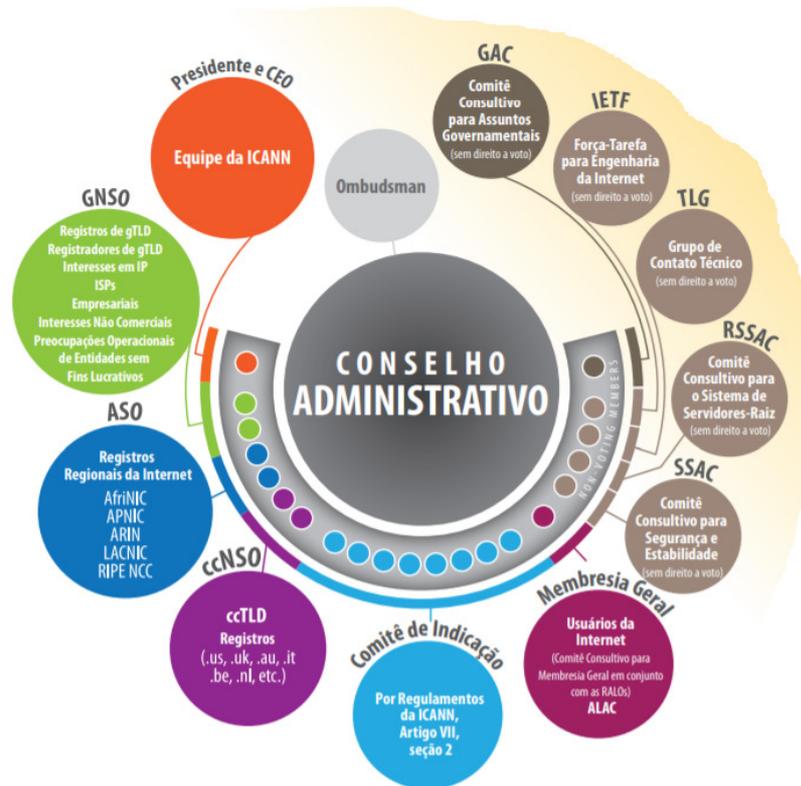
Como se vê, a governança da internet pode ser entendida em sentido amplo como uma construção, um processo em andamento, que a cada passo se introduz uma nova discussão e é levada adiante por uma infinidade de órgãos que possam ter qualquer tipo de resultado na forma em que se organiza a internet.

Quando observada em sentido estrito, a ideia de governança da internet acaba se resumindo ao aspecto de infraestrutura (DNS, números IP e servidores raízes), que são predominantemente temas tratados pela ICANN – instituição criada com o propósito específico de tratar este aspecto da internet.

² KUBALIJA, 2016, p.16

A ICANN, por sua vez, tem uma estrutura complexa, com diversos espaços de discussão reservados para diferentes stakeholders e organização de cada uma de suas funções. Uma versão simplificada de sua organização pode ser encontrada na figura que se segue:

Figura 2 – A organização da ICANN



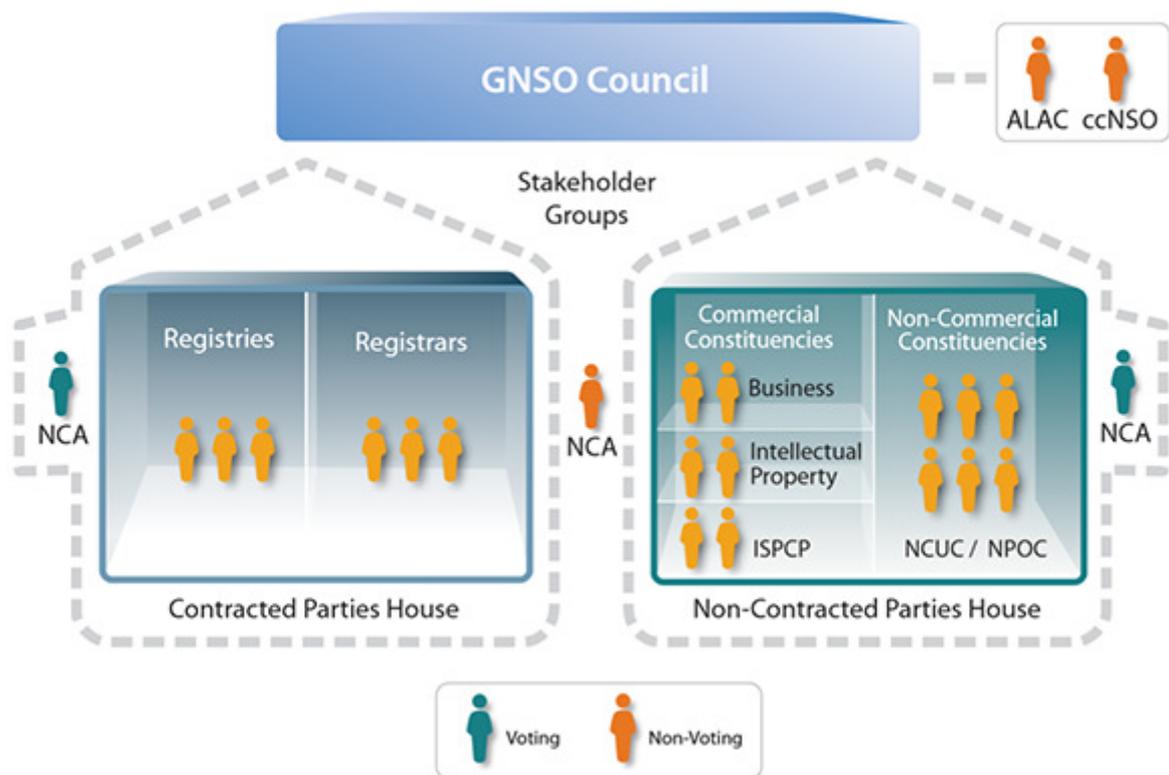
Fonte: guia do iniciante para estruturas da Membresia Geral³

Uma das principais estruturas em termos de governança é o *Generic Names Supporting Organization* (GNSO), que organiza e cria políticas para os *Generic Top Level Domains* (gTLDs) e que é dividido em subgrupos para melhor acomodação dos diferentes stakeholders.

³ Disponível em <https://www.icann.org/sites/default/files/assets/alses-beginners-guide-02jun14-pt.pdf>, acessado em 17 de fevereiro de 2019.

Nesse sentido, o GNSO se divide em dois grandes grupos, um com as partes envolvidas com a ICANN por meio de contratos – registries (RySG) e registrars (RrSG) – e o outro grande grupo dentro do GNSO é de partes não contratuais, que por sua vez se divide no subgrupo de constituintes comerciais e constituintes não comerciais, conforme a figura a seguir:

Figura 3 – Organização do GNSO



Fonte: https://icannwiki.org/Generic_Names_Supporting_Organization, acessado no dia 19 de fevereiro de 2019.

O que fica claro é uma estrutura formal de separação na base em diferentes stakeholders para que haja representatividade e participação igualitária nas discussões em instâncias superiores.

Há um processo transnacional de governança da internet. Este instrumento, que se estende igualmente ao redor de todo o mundo, tem demandado esforços para que seus debates ocorram em searas internacionais - com pretensões de consenso e de convergência em torno de discursos de igualdade entre as nações.

Não faltam críticas sobre a diferença de possibilidades entre os participantes destes eventos e organizações: seja a discrepância de poderes entre os representantes das grandes corporações e da sociedade civil; a polêmica sobre quais países podem se tornar importantes players futuramente no debate; ou mesmo se deveria haver um retorno de participação e valorização de tecnocratas, talvez os pioneiros na discussão internacional sobre a organização da internet.

Mas existe um problema vasto que ainda precisa ser enfrentado frontalmente: qual o papel das estruturas sociais, culturais e políticas de colonização que ainda podem estar prejudicando o desenvolvimento de um processo multistakeholder pleno no campo da governança da internet?

Para pesquisar melhor a questão far-se-á um apanhado sobre relatos, críticas e sugestões direcionadas ao processo multistakeholder ao longo dos anos de sua existência, elaborados por quem podemos chamar de correntes principais do debate sobre a governança da internet. Depois, uma análise sobre algumas teorias políticas, sociais e de estudos coloniais que possam indicar quais preocupações podem estar envolvidas no processo de construção da estrutura da internet.

Por fim, será traçada uma breve conclusão sobre quais possíveis debates podem surgir nessa área, bem como indicações do autor sobre possíveis caminhos a serem traçados.

Hipótese, objetivos e metodologia

A hipótese deste trabalho é que há um problema de assimetria de poder na participação de diferentes países e stakeholders nos espaços de discussão da Governança da internet, especificamente na ICANN. E que este problema de participação está intimamente associado às relações de colonialidade que têm existido nas relações históricas entre diferentes nações.

Os objetivos deste trabalho são analisar a participação dos diferentes grupos na construção de uma governança internacional e supostamente multistakeholder da internet, verificando em que medida uma possível falta de participação de alguns grupos de interesse e países é gerada por problemas relacionados à decolonialidade.

Tem-se como intenção, posteriormente, analisar as práticas de Governança da Internet a partir de modelos de regulação e perspectivas do direito a fim de levantar o papel do Estado

no processo de ampliação da participação efetivamente democrática e multistakeholder no campo de Governança da Internet.

Para alcançar tais objetivos, a metodologia adotada consiste em uma revisão bibliográfica do que foi produzido até agora sobre o tema, seguida de algumas entrevistas com pessoas que participam dos espaços de discussão da ICANN e, por fim, uma análise documental das contribuições de diversos participantes a consultas públicas realizadas pela referida organização não governamental.

A ideia é confrontar impressões e questionamentos apresentados pelos entrevistados a partir de dados encontrados em seus depoimentos, procurando elementos de preocupação dos participantes em relação a problemas de colonialidade para, em seguida, buscar quantificar elementos que confirmem ou não as impressões.

Para tanto, iremos iniciar nosso trabalho com uma introdução para entender melhor alguns dos termos aqui empregados: como governança da internet, o papel e funcionamento da ICANN e outros conhecimentos básicos necessários para acompanhamento do trabalho.

Em seguida, teremos um capítulo sobre diversas interações entre internet e democracia. O primeiro subcapítulo deste segundo capítulo trata de como algumas teorias trabalharam a possibilidade de exercício da democracia pela internet - com o levantamento da questão ser ou não um instrumento válido para exercício da democracia, bem como se não poderia ser considerado também seu acesso e participação de sua organização um direito.

O segundo subcapítulo do segundo capítulo trabalha a ideia de democracia dentro da própria organização de internet, indicando o processo de construção e organização das forças interessadas na construção da governança da internet.

O terceiro subcapítulo do segundo capítulo inicia a exploração do tema de relações em nível micro e geopolítico entre os diversos atores participantes do debate: inclusive, e principalmente, iniciando um debate sobre o que seria a interação entre colonialidade e tecnologia, onde se situa o pensamento acadêmico em torno do tema entre outros.

O quarto e último subcapítulo do segundo capítulo é uma análise da participação governamental e efeitos da atuação estatal na organização e fomento de iniciativas de inovação tecnológica. Este debate é importante para pavimentar o caminho para uma discussão de modelo e resultados de uma regulação estatal nesta seara.

O próximo capítulo, capítulo três, trata de maneira mais específica a ideia de colonialidade trazida neste trabalho, analisando suas origens e diversas abordagens diferentes que possam explicar suas características e estrutura. O objetivo aqui será entender qual o peso que a colonialidade pode ter em nossa sociedade e na internet.

No quarto capítulo, algumas possibilidades de resposta ao problema, como instrumentos, serão apresentadas: a perspectiva do Direito Achado na Rua, que permite entender o problema de falta de acesso à governança da internet como algo a ser solucionado por meio de sujeitos coletivos de direitos que são capazes de reivindicar suas demandas.

E, em outro subcapítulo, a perspectiva de regulação descentrada que permite enxergar uma abordagem estatal para se posicionar frente ao problema.

Em seguida, apresentaremos os dados encontrados na pesquisa de campo realizada: tanto nas entrevistas quanto nas análises de consultas públicas que foram realizadas conforme apresentado anteriormente, a ser aprofundado no terceiro capítulo.

Por fim, uma breve conclusão será apresentada sobre tudo que vimos ao longo do trabalho, aprofundando os resultados dos dados de acordo com as teorias apresentadas.

2 A GOVERNANÇA DA INTERNET

2.1 A Democracia pela internet

Segundo Vedel (VEDEL, 2006), houve três períodos diversos em que se discutiu a democracia, seus limites e possibilidades de incrementação a partir da internet.

Em um primeiro momento, de 1950 a 1960 - por conta de um contexto técnico em que computadores são vistos como importantes instrumentos de processamento de dados, e uma experiência de guerra fria como contexto social -, o uso da internet e tecnologias correlatas é visto como importante mecanismo de aumento da eficiência pública em sua gestão administrativa. Esse momento foi chamado pelo autor de momento “*governing machine*” (VEDEL, 2006, p. 2)

Nesse sentido, a tecnologia e a cibernética não só proporcionavam um aparato de leitura para melhor entender a realidade social de maneira geral, como também se colocava os computadores como mediadores racionais que pudessem superar paixões humanas e trabalhar em contextos complexos com uma racionalidade objetiva e imparcial (VEDEL, 2006)⁴. Posteriormente, essa perspectiva continuou ampliando a aproximação racional e científica de políticas públicas por meio da tecnologia e consolidando a ideia de um Estado que é o ator central e coordenador da sociedade.

Num período posterior, com o advento e a inclusão de computadores privados e televisão a cabo, iniciou-se o segundo momento da democracia digital. Com uma mudança na forma de enxergar os movimentos e seus papéis na democracia a partir das crises sociais da década de 60, houve uma tentativa de utilização das tecnologias e da internet para aperfeiçoar práticas de democracia representativa, potencialmente aumentando a relação entre cidadãos e Estado (que deixaria de ser o único importante ator do campo político) e sendo transformadas as comunidades locais em verdadeiros laboratórios de democracias fortes. Nesse sentido, Vedel

⁴ “Computers were thereby conceived of as new potential mediators, capable of processing large amounts of information to arrive at more rational conclusions. This governing machine, it was thought, would dismiss human passions and overcome the bounded rationality of decision-makers pointed out by Herbert Simon.” (VEDEL, 2006, p.2)

diz que as décadas de 1970 e 1980 estavam então experimentando o período do que o autor chamou de teledemocracia⁵.

Neste período, por um lado, a televisão foi utilizada para ligar os pontos de conexão entre a sociedade, ampliando o alcance de audiências públicas e debates, aumentando o alcance do contato entre Estado e cidadãos, habilitando a ligação por telefone como uma forma de participação direta e imediata. Por outro, houve também um incremento nas ligações sociais de cidadãos (VEDEL, 2006).

Porém, esse período da democracia digital teve que enfrentar limitações técnicas das tecnologias disponíveis para o período, o que restringia a participação e interação direta entre pessoas a partir da televisão a cabo e problemas de conexão com computadores em rede. A partir daí, acabou falhando a tentativa de alcançar uma esfera pública ampliada, conforme esperavam entusiastas da internet como um instrumento de ampliação da esfera pública habermasiana (VEDEL, 2006).

Atualmente, o terceiro momento da democracia digital tem tentado ampliar de maneira significativa e a partir de diversos pontos de vista a discussão em torno da possibilidade de o ciberespaço ser um mecanismo de auto-organização política, de fortalecimento da cidadania em uma esfera global pública e de como as comunidades virtuais podem moldar identidades.

A partir deste momento, houve dois pontos importantes de mudança de perspectiva da internet na democracia: na virada do século, com a popularização da internet, uma ideia de “nova democracia” veio associada à ideia da nova economia que estava surgindo⁶, aumentando a expectativa anterior de ampliação da participação política; e alguns anos depois, com o

⁵ Nas palavras do autor: “This led to the rise of so-called new social movements as well as to new conceptions of politics, according to which society would be better transformed from the bottom up and the coordination of local actions rather through the conquest of the state central apparatus. In this active society, as Amitai Etzioni termed it, local communities were to be the key political arena and the place where new forms of political participation could be experienced. Resulting from the conjunction of these changes in the technical and political contexts, the term teledemocracy arose and created interest for new initiatives in two major areas. (VEDEL, 2006, p. 4)

⁶ Segundo Van Dijk: “The turn of the century was the time of the Internet hype after a massive spread of the Internet in society. Here visions of a ‘new democracy’ came forward that were equivalent to the vision of a ‘new economy’ (e.g. Shapiro, 2000). The basic idea was the prospect of mass participation in politics and policy making via the Internet. In some visions citizens could even bypass institutional politics and the state to create their own political and policy reality. From the perspective of governments first experiments were waged in online consultation and debate of citizens considering government plans. The main expectation was that this would broaden participation.” (VAN DIJK, 2013, p. 2)

surgimento da internet 2.0, uma miríade de novas possibilidades de utilização da internet surgiram e com elas novas formas de participação, como os peticionamentos online, jornalismo cívico, weblogs, entre outros (VAN DIJK, 2013).

Mas seria possível dizer que a internet pode ser, de fato, um instrumento de incremento à democracia? Para isso, precisamos aprofundar o debate sobre a relação entre democracia e internet, inclusive questionando o conceito de democracia, uma vez que as diferentes formas de a enxergar alteram significativamente a sua interação com a internet.

Nesse sentido, Dahlberg (2001) diz que a democracia, enquanto uma organização do Estado para receber novas formas de participação popular a partir das possibilidades tecnológicas se deu, desde o século XX, a partir de três diferentes campos: do campo liberal-individualista, do campo comunitarista e do campo deliberativo que, de certa forma, acompanharam os diferentes períodos da democracia digital descritos por Vedel.

O primeiro campo, liberal-individualista, seria contemporâneo do que Vedel descreveu como teledemocracia, iniciando-se nos anos 1970 e se baseando principalmente na ideia de que os indivíduos governariam a democracia a partir de suas cadeiras, a partir da popularização das televisões a cabo (DAHLBERG, 2001). Nesse sentido, haveria uma abertura estatal para um modelo de participação direta sem discussão pública, com uma forte crítica de que esses votos seriam feitos sem a devida instrução a respeito do tema, em um modelo totalmente voltado à assunção da capacidade individual de fazer boas escolhas e participar da democracia⁷, em resposta ao, e ao mesmo tempo em que, diversos grupos se organizavam para promover a ideia do cyber-libertarianismo, uma espécie de democracia radical, onde indivíduos rejeitariam o governo e garantiriam direitos individuais primordiais no ciberespaço, ao invés de depender das instâncias políticas tradicionais (DAHLBERG, 2001).

Num segundo momento, a partir de 1980, as inovações tecnológicas combinadas com os desejos de movimentos de democracia radical já mencionados, criou-se um espaço para a busca de ensinar sobre comunidades locais em resposta ao avanço individualista, da

⁷ Segundo o autor: “Teledemocracy, as defined here, draws directly upon liberal individualism. I am using the term liberal individualism to embrace all those democratic traditions which posit the individual as a rational, autonomous subject who knows and can express their own best interests. This knowing subject is assumed by a diversity of liberal democratic theories, from classic liberalism to libertarianism” (DAHLBERG, 2001, p. 4)

comercialização de direitos e de burocratização democrática (DAHLBERG, 2001). Ao invés do individualismo protegido por direitos primordiais, temos aqui uma ideia de unir “pelo bem” as pessoas de uma comunidade. Nesse contexto, as comunidades virtuais que estavam se iniciando à época eram muito interessantes para facilitar o encontro desses grupos na vida real.

Um dos estudos pioneiros de Downing analisou duas iniciativas de organizações militantes, entre elas a *PeaceNet*, uma rede de organização pacifista que conseguiu nos primórdios da internet reunir cerca de dois mil militantes (DOWNING, 1989). Já nesse estudo, quando a incipiente internet não tinha muito impacto na organização política ao redor do mundo, já era possível prever que a internet poderia ser um importante instrumento de acúmulo e troca de recursos da cultura democrática, antecipando iniciativas que iriam se multiplicar neste período e-democrático de comunitarismo (DOWNING, 1989).

Num terceiro momento, temporalmente coincidente com a ascensão da discussão habermasiana de democracia e direito de uma democracia deliberativa comunicativa, começa a ascensão de um campo defensor da democracia deliberativa, a partir dos anos 1990 (DAHLBERG, 2001). Nesse modelo, defendido por muitos como uma forma de aproximação de uma democracia forte (BARBER, 1984), há um deslocamento na importância da comunicação e a consequente transformação da perspectiva democrática.

Segundo Habermas, a função epistêmica da democracia é que a discussão racional pressupõe ser pública e inclusiva, possibilitando direitos de comunicação iguais aos participantes, requerendo sinceridade e interdição às forças que não sejam as forças do melhor argumento. É essa a estrutura voltada à comunicação que permite a criação de um espaço deliberativo para a mobilização das melhores contribuições disponíveis aos mais pertinentes assuntos. É dessa estrutura também que depende a aceitação racional da norma, e não de considerações morais: os compromissos seriam o coração da política, a deliberação transformaria a legitimação em termos de processos, o que garantiria uma importância fundamental à comunicação pública⁸ (HABERMAS, 1997).

⁸ Segundo o autor: “le rôle central de la communication publique est une conséquence évidente de l’approche proposée par la théorie de la discussion. D’un point de vue normatif, les aspects structureaux de la communication politique sont plus importants que les propriétés individuelles, telles que la capacité de faire un choix rationnel ou les bonnes intentions. La communication publique doit être inclusive et sélective en même temps; elle doit être

Segundo Cavalcanti: em outras palavras, a ação comunicativa é um modelo segundo o qual é possível entender as razões dadas pelo interlocutor para suas pretensões normativas e entender porque elas podem ser boas razões (Cavalcanti, 2013, p. 96).

Com essa preocupação de uma comunicação inclusiva e ao mesmo tempo seletiva, que os olhos da democracia se voltariam à comunicação que é possibilitada pela internet, haveria um grande aumento das pesquisas em torno da e-democracia. Em um certo aspecto, se perguntavam as pessoas se seria esse instrumento útil para a ampliação da esfera pública e consequente ampliação da qualidade regulatória.

Nesse aspecto, vale apontar as considerações de autoras e autores da democracia radical, como Chantal Mouffe, que estão preocupados em uma ampliação para uma democracia para além de uma preocupação normativa da “democracia participativa” (MOUFFE, 2005).

Isso significa que deve haver uma preocupação para além da preocupação agregativa, apontada por Schumpeter, como a reformulação da democracia – que partia da democracia de massa, que havia se tornado inadequada -, para construção de uma democracia que dava preferência à agregação de diversas preferências entre os cidadãos (MOUFFE, 2005).

A principal consequência desta transição entre democracia “soberana” à “agregativa” seria o abandono de noções como “bem comum” e “vontade geral” para dar espaço a uma imagem de que o pluralismo de interesses precisava ser reconhecido como uma extensão natural da ideia de “povo” que provoca o reconhecimento necessário da pluralidade de interesses da população de uma forma geral (MOUFFE, 2005).

Diani (DIANI, 2000), por sua vez, apontou que a Comunicação Mediada por Computadores (CMC) tem características muito peculiares quando comparada com outras formas de comunicação, não se encaixando exatamente nas quatro tipologias que consideraria clássicas: comunicação privada e direta, comunicação privada e mediada, comunicação pública e direta e comunicação pública mediada.⁹ A CMC seria uma espécie nova de comunicação que

conduite de telle sorte que des sujets pertinents émergent, des contributions intéressantes et des informations fiables apparaissent, de bons arguments ou des compromis équitables en résultent” (HABERMAS, 1997, p. 6).

⁹ DIANI, 2000, P. 4 e5

transita entre as tipologias apresentadas conforme a situação, sendo incerto classifica-la como um meio público ou privado de comunicação ou meio direto ou mediado de comunicação¹⁰.

Essa nova forma de comunicação traz diversas facilitações na comunicação dos atores em rede, como a redução de custos para comunicar-se, potencial de transformar mero aglomerado de pessoas com similaridades de interesses em redes sociais (DIANI, 2000), entre outras.

Segundo Silva (2016), a internet e as redes sociais têm sido apontadas como capazes de aumentar o recrutamento de pessoas para a política, para levantamento de doações financeiras e para construção colaborativa de militantes.

Porém, duas questões prejudicam fortemente o impacto democratizante da internet aos atores comunicativos que a utilizam: 1) apesar da inegável contribuição para organização social, os poderes sobre as manifestações dados às agências de controle, militares, governos e corporações pode ser ainda maior; e 2) o acesso ao CMC, pelo menos temporariamente, pode ser gravemente afetado pela classe e status¹¹. Além disso, a garantia ao anonimato que alguns espaços da internet permitem acabam por tirar a ideia de uma esfera pública em que as pessoas estão voltadas ao entendimento, em que atores estejam preparados para serem responsabilizados¹².

Em outros termos, a discussão em torno da e-democracia apontava que a utilização da ferramenta, na melhor das hipóteses, traria não apenas algumas oportunidades de crescimento democrático, mas também seus desafios inerentes às novas configurações comunicativas.

Diversos questionamentos precisam ser também tratados para aprofundar este debate: como funciona e como pode funcionar a organização da internet e quais os impactos dessa organização nas possibilidades democráticas mundiais? Além disso, quais as perspectivas

¹⁰ DIANI, 2000, P. 5. Em outros termos, para o autor, a comunicação mediada pelo computador apresenta elementos de comunicação pública e privada, bem como mediada (como é a comunicação das mídias de massa) e não mediada ou direta ao mesmo tempo, gerando um caráter ambíguo deste meio de comunicação.

¹¹ DIANI, 2000, p. 13

¹² DIANI, 2000, p. 6.

geopolíticas que conseguem influenciar a determinação de resultados para essa equação democrática?

2.2 A Democracia na Internet

Em 1998, acontecem quatro conferências iniciais que dariam corpo ao *International Forum on the White Paper*, em Reston, Virginia, nos Estados Unidos: o objetivo era discutir como seria a estrutura que iria garantir a utilização das funções raízes¹³ da Internet no mundo, um dos conceitos básicos de governança da internet (MUELLER, 2004).

Em uma situação em que consenso e auto governança eram palavras comuns, o resultado principal destas e de outras conferências realizadas posteriormente ao redor do mundo foi a Criação da ICANN (*Internet Corporation for Assigned Names and Numbers*) – uma organização privada que tirava do Estado a tarefa de regular a governança das funções raízes da internet (nomes e espaços de domínio), influenciando diretamente a governança da internet como um todo (MUELLER, 2004).

Neste sentido, o surgimento de organismos como a ICANN está relacionado com um momento constitucional internacional da Internet (MUELLER, 2004)¹⁴, uma abertura para a constituição de uma estrutura inédita para regulação da internet, apesar de a situação não ser tão diferente das que foram enfrentadas em outros momentos da história da humanidade – como no cabeamento de telefones.

Foi essa abertura que possibilitou o processo de construção de uma proposta de órgão, que enfrentou divergências em torno do processo de deliberação interna. Porém, após muitos debates, acabou adotando uma postura de abertura formal da instituição à sociedade civil e governos de países em desenvolvimento (MUELLER, 2004).

¹³ Assim são chamadas as funções de geração de nomes e domínios, fundamentais para a utilização da internet que conhecemos hoje.

¹⁴ Neste sentido, disse o autor: “The IFWP seemed to initiate a unique form of international organization. Normally, policy for global resources such as Internet names and numbers would be coordinated through established institutions, such as national governments, trade associations, standards bodies, international treaties, or formal international organizations. The Internet was different, however. It seemed to call forth an entirely new spirit for collective action. (...) there was no suitable legal or organizational framework in place”. (MUELLER, 2004, p. 4).

O começo da década de 90 estava de frente a uma internet como um grande “Jardim do Éden” de possibilidades: um ambiente que era agora e biblioteca ao mesmo tempo, sem a presença de Estados, livre, sem censuras ou propriedades (MUELLER, 2004)¹⁵. Agora, claro, o mundo estaria começando a cercar a internet, por meio de institucionalizações em vários frentes. Nesse sentido, a institucionalização gerada pela ICANN teria se mostrado como uma das mais conservadoras possível, baseada em princípios e práticas com origem do que foi acumulado na discussão sobre as telecomunicações pelas grandes empresas do setor¹⁶ (MUELLER, 2004).

Apesar do discurso e da postura governamental em esvaziar os espaços de governança e deixar empreendimentos e negócios com a ICANN para serem geridos por organizações privadas: supostamente por conta do framework de como se aplica as decisões e gerem-se diversos mecanismos relacionados à internet; Na visão do autor, é impossível pensar em estruturas como a ICANN ou similares sem a participação governamental (MUELLER; WOO, 2008).

Segundo Dutton e Peltu (2005), essa necessidade e complexidade de inclusão de diversos atores, inclusive os governamentais, está forçando uma parceria dos atores numa governança conjunta¹⁷. Isto, ao mesmo tempo em que gera uma maior possibilidade de

¹⁵ Nesse sentido, disse: “Some time during the early 1990’s, the Internet acquired its status as a reference point for public discourse about utopia. Cyberspace was a new frontier that seemed to the highly educated and articulate people who first colonized it like a tabula rasa onto which they could project their own dreams and theories about how society should function. John Perry Barlow’s “Declaration of the Independence of Cyberspace” was a bold expression. Of this attitude, written, appropriately enough, by the former lyricist for the Grateful Dead.” (MUELLER, 2004, p. 265)

¹⁶ Nesse sentido, ver: “What is surprising about the institutionalization of the Internet’s name and address spaces, however, is the stark contrast between the new regime and the old spirit of the internet. ICANN’s practices and policies are rooted in some of the most conservative and constraining aspects of the old order: the International Telecommunication Union and its notion that the name and address spaces are ‘public resources’ subject to centralized regulation; concepts of “public trusteeship” taken from broadcast and utility regulation; deference to copyright and trademark interests, long known for their hostility to new media; the engineer’s propensity to favor tightly controlled, ‘rational’ central planning over messy commercial, competitive, and heterogeneous systems. On the whole, it is a conservative, corporatist regime founded on artificial scarcity and regulatory control. Anyone interested in retaining or reinvigorating the revolutionary character of the internet will be obliged to find ways to bypass it.” (MUELLER, 2004, p. 267).

¹⁷ Nesse sentido, disseram os autores: “Recognition of the Internet’s global importance is leading to growing demands from governments, private enterprises, non-governmental organizations (NGOs), communities and individuals around the world to be stakeholders and partners in its governance processes. The forum strongly confirmed recommendations from the WSIS and elsewhere for such multi-stakeholder, consensus-seeking processes. Participants agreed that the decentralized, borderless and technically complex nature of the Internet

respostas para um problema que tem diferentes níveis e complexidades em diferentes lugares do mundo (DUTTON; PELTU, 2005), pode gerar uma certa preocupação com a divisão da internet em diversos fragmentos que podem prejudicar a governança da internet¹⁸.

Essa proposta, de uma governança multistakeholder, foi apresentada em diversas oportunidades e frentes de governança da internet. Uma delas notadamente bem-sucedida foi no evento da *World Summit of The Information Society - WSIS* (DUTTON; PELTU, 2005), aonde ainda era uma proposta dúbia. Apresentava-se como uma possibilidade de se enfrentar os modelos de controle político e de accountability, possibilitando diversas configurações de soluções de conflito, ao mesmo tempo em que fazia emergir a possibilidade de falha na colocação do futuro da internet nas mãos de quem não teria capacidade de governa-la (DUTTON; PELTU, 2005).

Organizada pela UNESCO e pela *International Telecommunications Union*, a WSIS tinha como fortes objetivos a ampliação do escopo da participação das companhias de telecomunicações, ao mesmo tempo em que incluía a sociedade civil no processo internacional de governança da internet.

Segundo os autores, ao mesmo tempo que este processo de decisão multistakeholder trouxe algumas questões importantes no processo de decisão no WSIS, houve também a dúvida se a participação da sociedade civil estava se dando de maneira realmente satisfatória. Isso porque seu poder de decisão estava limitado quando se tratava de votos e seu poder de influência parecia se reduzir a determinados temas em que poderiam influenciar diretamente, notadamente

means that neither traditional intergovernmental governance processes nor purely technical governance would be suitable models, as they both lack sufficient accountability and are open to capture by special interests. However, some sharp differences of opinion at the forum illustrated the inherently political nature of trying to balance stakeholders' conflicting and complementary views, values and interests. Tensions between some 'good' Internet governance principles identified at the forum can also make it difficult to achieve a consensus. Realistic, rather than Utopian, policy goals that acknowledge these tensions should therefore be set." (DUTTON; PELTU, 2005, p. 6).

¹⁸ Ver: "The Internet's rapid growth was supported by highly flexible, decentralized and pluralistic governance arrangements involving many different institutions and individuals. Rapid and continuing growth in the uses and misuses of the Internet, and the industries and government activities linked to it, has created a danger that pieces of the emerging, and increasingly complex, Internet governance mosaic will become too fragmented to manage the Internet effectively. However, attempts to centralize control are likely to stifle the innovation that has given the Internet its momentum" (DUTTON; PELTU, 2005).

questões de direitos humanos e problemas centrados nos humanos¹⁹ (DUTTON; PELTU, 2005). Nesse sentido, a multiplicidade de atores da sociedade civil envolvidos possibilitava a discussão ampla em diversos tópicos, ao mesmo tempo em que gerava muitas disputas entre a própria sociedade civil (DUTTON; PELTU, 2005).

Desta forma, os autores anunciam posteriores momentos de governança da internet. Especialmente, um em que tecnocratas que, durante muito tempo, ditaram o futuro da internet passam a ser substituídos por uma dinâmica de negociação de empresas, Estados e sociedade civil (DUTTON; PELTU, 2005). Segundo os autores, a WSIS está longe de ter sido um fiasco, tendo possibilitado diversas ações internacionais de governança da internet, como o estabelecimento da IGF na ONU. Mas, ao mesmo tempo, parece patente a necessidade de se rediscutir o papel dos tecnocratas na dinâmica multistakeholder (DUTTON; PELTU, 2005).

No mesmo sentido, diz Laura Denardis que a regulação da internet e sua governança não pode ser entendida como uma questão meramente política tendo, assim, um aspecto intrinsecamente técnico (DENARDIS, 2013). Isso significa que uma parte importante da governança da internet é decidida em termos de infraestrutura da internet (DENARDIS, 2013), que não pode ser ignorada na discussão sobre o arcabouço estrutural a regular a governança da internet. Lessig, de forma semelhante, já dizia que há uma parte importante do código na determinação de como funcionam as leis que regem a internet. Em certo aspecto, o código é a lei (LESSIG, 2006).

Ao mesmo tempo em que Cogburn acredita que países periféricos emergentes como os BRICS podem ter um papel importante no balanceamento da dinâmica mundial de governança transnacional da internet (COGBURN, 2006), estes autores acreditam que trazer o aspecto tecnológico e os tecnocratas de volta ao espaço de debate pode ser uma questão a ser pensada para dirimir os problemas de participação real que são reportados em espaços de governança da internet como foi relatado por Mueller, Dutton e Pelton.

¹⁹ Ou seja, problemas centrados em questões técnicas e econômicas estavam fora do alcance da comunidade civil, sendo reservado a ela às discussões relacionadas exclusivamente à questões de relação entre pessoas, centradas em humanos portanto.

Mas uma coisa une todos os discursos: a inevitabilidade da exclusiva discussão transnacional, que ignora especialidades locais e a ausência de aprofundamento sobre questões de representatividade de países periféricos nessa nova ordem constitucional da internet (MUELLER, 2004).

2.3 A Micro e a Geopolítica na Governança da Internet

Ao mesmo tempo, essas mudanças tecnológicas podem ser entendidas como parte de um “todo” da geopolítica mundial lato senso, que também se alterou paralela e concomitantemente às mudanças da geopolítica da internet. A possibilidade de utilização de tecnologias é influenciada por como está a sociedade estruturada. Para entendermos o processo de governança da internet em um mundo que foi colonizado, teremos que conseguir minimamente entender os contextos e funcionamentos sociais que estão colocados previamente à discussão.

Nesse sentido, Fanon fez um excelente trabalho de acompanhamento da luta pela independência argeliana da França, e tratou de reportar o que foi experimentado, inclusive em relação ao uso da Tecnologia como instrumento de dominação colonial ao longo deste embate: desde a tecnologia enquanto saber técnico, como a medicina e o direito, até o rádio foram analisados para serem entendidos enquanto instrumentos tanto da colonialidade quanto da luta contra ela. Quais seriam as possibilidades de enfrentamento?

A tecnologia e o conhecimento eram, em geral, permeados pela disputa colonial em combate: médicos, advogados e engenheiros europeus em geral se posicionavam e agiam de acordo com o interesse colonial (QUEIROZ, 2013), muitas vezes porque não dependiam apenas de sua profissão técnica para seu auto sustento - uma vez que possuíam vinhedos, arrozais, terras e bens, tornando-se o exercício da profissão uma simples distração (FANON, 1976 apud QUEIROZ, 2013).

Nesse cenário, a disputa foi tão crescente que a concepção de utilização de serviços médicos seria considerada uma afronta ao posicionamento em relação ao conflito: os médicos europeus eram instruídos a não venderem vacinas à população local, enquanto a mera utilização

de serviços médicos (mesmo que de médicos locais)²⁰ era vista como uma afronta à luta pela descolonização.

A medicina teria ocidental teria sido introduzida no mesmo período que os colonos foram introduzidos aos autóctones. Daí surgia a dúvida e a dualidade de utilização das técnicas médicas e dos problemas que poderiam decorrer da não utilização dos serviços: uma vez que a presença e postura colonial se confundia com o próprio saber, dificultando a diferenciação do que seria útil e do que era apenas um saber colonial reafirmando a presença europeia na Argélia. (QUEIROZ, 2013). Isso porque os saberes técnicos médicos também eram utilizados enquanto instrumentos de controle e poder, principalmente por meio de torturas, associados a um oponente sistema de controle e repressão policial e militar (FANON, 1976 apud QUEIROZ, 2013).

Nesse sentido, afirmou Fanon que seria o rádio algo como uma afirmação da continuidade colonial, lembrando europeus e autóctones da realidade do poder colonial nas zonas rurais (FANON, 1965, p. 71) e da possibilidade de conexão entre os colonizadores e sua terra natal.

O Rádio se torna, assim, uma mensagem - um símbolo-, da presença francesa. Fanon aponta que este era um dos principais motivos pelo qual as famílias argelinas que estavam indo bem economicamente não terem interesse em comprar um rádio: não por conta de uma espécie de protesto organizado contra a presença europeia, mas pelo puro desinteresse naquele totem da presença francesa (FANON, 1965).

Porém, a noção de potência daqueles instrumentos como elementos de exteriorização dos argelianos, que haviam passado a evitar os médicos (QUEIROZ, 2013), passou a ser entendida como um elemento importante de ação, quando praticadas por médicos locais como

²⁰Nesse sentido, disse o autor: "A população autóctone renunciava aos serviços médicos mesmo que os riscos pudessem ser radicais. O princípio de se manter afastados dos franceses governava as atitudes dos argelinos para com os médicos, engenheiros e quaisquer outros representantes da dominação colonial." QUEIROZ, 2013, p. 99). Ainda, citando Fanon: "Quando a disciplina em questão se refere à saúde do homem, e quando tem como princípio básico mitigar a dor, é claro que nenhuma conduta negativa poderia justificar-se. Porém a situação colonial está conformada de tal maneira que obriga ao colonizado a julgar pejorativamente e sem matizes todas as contribuições do colonizador. O colonizado vê numa confusão quase orgânica ao médico, ao engenheiro, ao mestre, à polícia e ao guarda rural. (FANON apud QUEIROZ, 1976, p. 97)."

o próprio Fanon; e quando saberespoiéticos (como a rádio e agricultura) passaram a ser vistos como indispensáveis ao processo de luta contra a colonização (QUEIROZ, 2013).

Da mesma forma, o rádio quando percebido enquanto um instrumento de capacidade de articulação também pelos insurgentes pela independência, passou a ser um meio não só cobiçado, como central para a luta pela libertação da Argélia (FANON, 1965).

Isso significa, ao mesmo tempo, que muitas vezes a disputa política em torno de espaços fragmentados e díspares de disputa podem nos gerar uma certa repulsa por instrumentos que estão sendo utilizados por quem enxergamos como nossos inimigos contra nós mesmos; e que a estes instrumentos pode ser dado créditos de importância na nossa libertação, quando na verdade eles são utilizados somente para nosso controle. O que Fanon diria ser crucial neste momento é conseguir separar o que se pode ser utilizados destes instrumentos e o que está completamente fadado à nossa dominação (FANON, 1976 apud QUEIROZ, 2013) - o que demanda um esforço real e sério de destrinchamento das nuances de utilização histórica destes instrumentos.

Em outros termos, infere-se do que nos apresenta Queiroz, como uma de suas principais críticas de tese, que uma das mais importantes ações a serem tomadas como medida de reparação de erros históricos na luta contra a colonialidade é reinventar o discurso sobre tecnologias na academia (QUEIROZ, 2013), para que sejamos capazes de crítica e esforço pelo real entendimento dessas redes de promessas de debates: o que podemos de fato fazer hoje - e, principalmente, o que poderemos de fato fazer amanhã. O que pode significa que nós, acadêmicos do debate da internet, precisamos de um discurso que seja capaz de enfrentar o contexto colonial colocado para entendê-lo frente às teorias que nos permitem (ou não), agir em sua disputa.

É daí que Ivo sugere que haja uma crescente e consciente ação de politização da tecnologia no seio da produção de conhecimentos, e que passemos a enxergar esses espaços como espaços não neutros de utilização, criação e implementação de tecnologias como possibilidades anticoloniais (QUEIROZ, 2013)²¹.

²¹ Nesse sentido, diz o autor: "Debates, seminários, conclaves, congressos, simpósios, publicações, diálogos interinstitucionais, entrevistas com autoridades no estudo do tema, jornadas acadêmicas que tematizem demandas,

Na mesma linha, a teoria do *Critical Legal Studies* (Estudos Críticos do Direito, em tradução livre) pode ser interessante, uma vez que apresenta uma perspectiva institucionalizada de emancipação dentro do próprio ensino jurídico. Especificamente em relação à educação formal do Direito, sem negar a existência dessa inclinação hierarquizada no ensino em todas as áreas do conhecimento, Duncan Kennedy aponta que os incentivos a uma reprodução de hierarquias se intensifica nessa área do conhecimento (KENNEDY, 2004).

Isso porque o ensino formal se baseia em um processo de busca de respostas pré-determinadas, que o tornaria o que se pode chamar de ensino fetichista (KENNEDY 2004), sempre envolta das mesmas soluções já apresentadas para antigos problemas.

A preocupação da forma como ensinamos as coisas, principalmente no direito, não é a partir de como as coisas podem ser - mas como as coisas são. Isso, ao mesmo tempo em que não abre espaço para a construção de novas possibilidades, garante a passagem de informação para que a situação jurídica atual seja devidamente aplicada aos sujeitos (KENNEDY, 2004). Nesse sentido, se alinha a crítica de Ivo quanto à nossa necessidade de lutar contra esse processo fetichista de revelação de antigas respostas já dadas, apontada por Kennedy.

Se olharmos para Foucault, evitaríamos compreender a sociedade como um controle de corpos regidos por uma lógica claramente brutal das liberdades. Não seria nem ao menos a simples apropriação de corpos - mas num processo muito mais sutil e ao mesmo tempo efetivo, que vai além do escopo colocado pelo leviatã e pela soberania jurídica da instituição estatal, mas num mecanismo de dominação permanente e invisível (FOUCAULT, 2011)²². Significa a premência de ir além do debate econômico e de pura dominação para definir limitações e

monografias, dissertações, teses, apresentações artísticas, exposições, diálogos com o povo negro, fazem parte de um repertório possível de intervenções. O objetivo é enriquecer a consciência da comunidade educativa a respeito da colonialidade que impregna estruturas, normatizações, programas, projetos, serviços, relações interpessoais e institucionais. A colonialidade do poder e dentro dela o racismo, são culturas que devem ser combatidas também com cultura. Tais intervenções contribuiriam fortemente pra superação da tendência habitual de se internalizar a suposição que colonialidade do poder e racismo sejam situações da natureza. A naturalização da injustiça é também nascedouro da violência." (QUEIROZ, 2013, p. 214)

²² Nesse sentido, disse o autor: "Este novo tipo de poder, que não pode mais ser transcrito nos termos da soberania, é uma das grandes invenções da sociedade burguesa. Ele foi um instrumento fundamental para a constituição do capitalismo industrial e do tipo de sociedade que lhe é correspondente; este poder não soberano, alheio à forma da soberania, é o poder disciplinar." (FOUCAULT, 2011, p. 188).

possibilidades na governança da internet: como a micropolítica influencia a lógica de debates transnacional das redes?

Nesse sentido, Christiana Freitas já apontou que cada “campo” - um fragmento do macrocosmo em que se coloca a sociedade política - apresenta características únicas, próprias e diferenciais em relação a outros microcosmos e ao macrocosmo como um todo (FREITAS, 2016). Isso significa que as formas de linguagem e valorização de ações sociais dentro de cada um destes campos se difere em relação a outros campos. Segundo a autora, uma publicação de alta valorização acadêmica pode ser muito importante para mobilizar pessoas que estejam em um campo acadêmico específico, mas pode significar muito pouco para pessoas que estejam em outros campos (FREITAS, 2016).

A construção de determinada linguagem em torno de um campo social já dado pode gerar a crítica ao próprio pensamento por parte de quem a propõe. É como se a visão daquele campo, em torno de códigos e linguagens próprias, que não são originalmente suas, afastasse os que estão tentando participar dele por terem receio de não possuírem o conhecimento específico necessário para dele fazer parte. Este foi um evento muito observado na pesquisa feita com quem participa de políticas de democracia digital no Brasil, a partir do e-Democracia (FREITAS, 2016).

Isso significa que quando estamos pensando em democracia e participação igualitária em processos democráticos, não podemos simplesmente pensar em barreiras instituídas por arranjos institucionais. Existe uma barreira menos concreta, simbólica, que limita a participação de alguns indivíduos em determinado campo pela ausência de uma introjeção prévia de um conjunto de disposições – ou *habitus* – necessárias para sua participação e inserção (FREITAS, 2016). A ausência de um processo mais igualitário entre sociedade civil, governos e instituições privadas na disputa pela internet pode ser resultado de conjuntos díspares de disposições em confronto, cenário em que a nacionalidade, o gênero e outras diferenças entre indivíduos e grupos de interesse irão atuar.

Enquanto alguns apostam no fortalecimento da participação de países em desenvolvimento como uma forma de reequilibrar a disputa pela internet, outros acreditam que o foco no código como lei, na abertura das instituições transnacionais a tecnocratas e à disputa por estruturas de internet sejam o melhor caminho a seguir.

A discussão é complexa porque ao mesmo tempo que a internet é para alguns um direito, um espaço indispensável de organização pública e democracia; ela é apontada como primordialmente um bem, um produto econômico, dificultando a abertura do debate do ponto de vista social. As discussões históricas mostradas até agora sobre a governança da internet nos apontam o quanto isso é e foi importante e como este debate foi vital para entender a necessidade de uma governança conjunta entre empresas e sociedade.

Kennedy se aponta aqui como uma diretriz a ser seguida: precisamos pensar este problema como algo complexo, que necessita de um olhar não fetichista e aberto a mudanças. Isso significa um esforço por parte deste trabalho de realizar essa diretriz ao ler o problema, entendendo que provavelmente nenhuma solução pronta será apresentada diretamente pela bibliografia analisada.

O resultado necessariamente terá que vir de um esforço coletivo de pensar novas soluções, o que impactará diretamente na conclusão que iremos verificar no fim desta obra.

Ao mesmo tempo, Fanon nos mostra que a questão da colonialidade sempre dialogou com tecnologia, mesmo que inicialmente como um instrumento e não um espaço de construção de direitos: demandando uma melhor análise sobre esta estrutura colonial, que será realizada em um capítulo mais à frente.

É importante, também, porém, que se pense qual pode ser o papel da regulação estatal nesta situação. Apesar de um ambiente diverso, com variados partícipes, o Estado e seu poder regulador pode ter um importante efeito nos resultados democráticos das discussões de governança. Nesse sentido, precisamos pensar em uma regulação em paradigma completamente diferenciado, em que o Estado não seja o único responsável pelo desenho regulatório.

Para nos ajudar a compreender o papel histórico do Estado e de seu modelo regulatório nesse arranjo, vamos ver a seguir a teoria da Mazzucato, que desmistifica a discussão sobre participação estatal na construção do mundo moderno – desviando da disputa de menos ou mais estado interventor - focando principalmente na história do caso americano e especialmente estabelecendo a ideia de que é inevitável a necessidade de envolvimento estatal para criação de inovações.

2.4 O papel do Estado no desenvolvimento do capitalismo, inovações e tecnologia

Mariana Mazzucato aponta, em um de seus trabalhos, uma mudança significativa na forma de observar o Estado. Nesse sentido, afirma a autora que ao longo de alguns séculos de mudanças de pensamento, passamos de uma crença na mão invisível do mercado para a construção de alguns mitos sobre o mercado²³.

A autora afirma que, lendo a fundo o que Adam Smith acreditava política e economicamente, é possível entender mais que isso de sua obra. Mas, o que ele nos deixou de legado, em um certo aspecto, foi a crença na mão invisível de um Estado que não deve intervir no mercado: ele se autorregula.²⁴

O debate a respeito do tema nos levou a diferentes outros discursos. A autora entende que Keynes, Minsky e Polanyi apontaram não somente que é necessário uma regulação estatal permanente, de alguma forma, para manter a estabilidade dos mercados; como também o próprio surgimento do mercado se deu em virtude de uma pavimentação estatal para tanto.²⁵

Porém, não é o simples aumento de intervenção estatal que gera estabilidade e crescimento. Há algum tipo de nuance sobre o tema que precisa ser melhor esclarecida. Isso quer dizer que entender o papel do mercado no crescimento econômico não é uma tarefa simples. Para qualificar seu debate, a autora se aprofunda no tema e passa a eliminar alguns mitos sobre de onde vem o crescimento econômico de inovações.

Primeiramente, não é verdade que o segredo do crescimento econômico a partir de inovações advém de investimento em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). A autora aponta alguns estudos que demonstram que não só o investimento em P&D não auxiliaram pequenas

²³MAZZUCATO, Mariana. *The Entrepreneurial State*. Londres: Demos Publisher, 2011. p. 30.

²⁴Nesse sentido: “His background in politics and philosophy meant that his writings were much more profound than the simple libertarian economics position for which he is usually acknowledged, but there is no escaping that he believed that the magic of capitalism consisted in the ability of the market to organise production and distribution without coercion by the state.” MAZZUCATO, op. cit., p. 30.

²⁵ MAZZUCATO, op. cit. pp. 30-31.

empresas a crescer, como as prejudicaram: sem capacidade de competir efetivamente no mercado, o investimento se transformava num gasto sem retorno²⁶.

Em segundo lugar, existe uma certa crença de que a eficiência e a competitividade de empresas pode estar relacionada com seu tamanho e enxugamento: “quanto menor, melhor”. Isso é o segundo mito. Segundo a autora o que realmente importa é a produtividade – e pequenas empresas muitas vezes são menos produtivas que as grandes.²⁷

Em terceiro lugar, o venture capital²⁸ não é necessariamente um bom negócio. De fato, ele ocupa um espaço que estava vazio para que pequenos negócios possam começar, uma vez que eles possuem dificuldades de obter empréstimos de instituições de crédito. Porém, uma pesquisa trazida pela autora aponta que cerca de 66% das iniciativas em estágio de semente dão errado, e que os riscos desses venture capital muitas vezes não são levados em conta. A autora aponta ainda que de 20 a 25% das iniciativas tecnológicas nos Estados Unidos são incentivadas por programas governamentais, como o “Small Business Innovation Program” e o “Advanced Technology Program”.²⁹

Da mesma forma, a autora aponta que muitos acreditam que o motivo pelo qual os EUA conseguem se destacar em relação a outros países em iniciativas tecnológicas é por conta de um “gênio que resolveu arriscar e entrar em pequenas iniciativas de pesquisa tecnológica”. O que levaria a muitos dizerem: “outros países precisam de mais mercado e menos estado se quiserem se desenvolver como a gente”³⁰.

Ao mesmo tempo, ela afirma: o algoritmo que gerou o sucesso do Google foi financiado por um fundo nacional de investimento em ciência. E foram descobertos anticorpos moleculares no Medical Research Council (no Reino Unido) muito antes de estarem disponíveis

²⁶ MAZZUCATO, op. cit. pp. 36-37.

²⁷ MAZZUCATO, op. cit. p. 38.

²⁸ Segundo a autora: “Venture capital is a type of private equity capital focused on early-stage, high-potential, growth companies” MAZZUCATO, op. cit. p. 39

²⁹ MAZZUCATO, op. cit. p. 39-41.

³⁰ MAZZUCATO, op. cit. p. 19.

para exploração no mercado. Isso quer dizer que não é necessariamente menos estados e mais mercado sem estado que gera esses resultados positivos na inovação³¹.

Por fim, a autora aponta que não podemos acreditar que as patentes são os principais indicadores sobre o nível de desenvolvimento de inovação: este seria um quarto mito. Em realidade, pesquisas recentes apontam que o crescimento de número de patentes registradas fez com que a taxa de crescimento de inovação diminuiu ao invés de aumentar, uma vez que as patentes podem bloquear novas inovações de surgirem.³²

Essas lições são importantes. Isso porque mostram que devemos entender o Estado, segundo a autora, para além de uma função de estimular demanda ou escolher os ganhadores em políticas econômicas. Ao invés disso, devemos pensar no Estado como um empreendedor: ele tem que ser capaz de assumir riscos, criar redes de atores que conseguem atingir seu melhor potencial em médio e longo prazo³³.

Como consequência, a autora aponta que devemos, portanto, ficar de olho na questão risco retorno do financiamento de iniciativas. Geralmente entendemos que há uma relação direta entre essas duas variáveis, mas não é isso que conseguimos observar na prática – principalmente em relação à parte do Estado.³⁴ Ou seja, porque não consideramos justo o pedido de retorno de investimentos feitos pelo Estado? Por que seguimos acreditando no mito das empresas e desenvolvimentos tecnológicos autônomos?

Isso significa pensar que a parceria público privada precisa começar a refletir sobre benefícios não apenas privados mas também públicos: como garantir que investimentos públicos gerem retornos públicos? Isso é uma importante pergunta se queremos diminuir a

³¹ MAZZUCATO, op. cit. p. 19.

³² Neste sentido, disse: “The effect has been especially deleterious to the ability of scientists in the developing world to repeat experiments carried out in the developed world, before undertaking their own developments on those experiments, thus hurting their ability to ‘catch up’.” MAZZUCATO, op. cit. p. 43.

³³ MAZZUCATO, op. cit. pp. 19-20.

³⁴ Nesse sentido, diz: “Risk-taking has been a collective endeavour while the returns have been much less collectively distributed. Often, the only return that the state gets for its risky investments are the indirect benefits of higher tax receipts that result from the growth that is generated by those investments. Is that enough? MAZZUCATO, op. cit. p. 109.

distância entre o debate entre fomento estatal e a desigualdade social.³⁵ Em outros termos, se o sucesso dessas iniciativas decorreu de interesse público, por que o retorno não leva isso em consideração e continua a existir o mito da empresa que triunfou sozinha?

Crescimento voltado ao fomento inovador, à ampliação de nossa capacidade de participar das produções tecnológicas, no crescimento de instrumentos como a internet, devemos entender os papéis importantes que cada setor, público e privado, pode oferecer. E isso quer dizer mais do que identificar a ecologia da economia, mas entender o que o setor público está e pode passar a oferecer a ela: e o que a sociedade deve poder exigir em troca³⁶.

Nesse sentido, o papel do Estado não seria apenas criar conhecimento e fomentá-lo por meio de laboratórios e universidades nacionais, mas também conseguir mobilizar recursos e permitir conhecimento e inovações serem difundidas nacionalmente. Isso significa ou aproveitar e maximizar as redes de interações existentes no país ou facilitar o surgimento de novas.³⁷ Como um resumo do que foi apresentado em seu trabalho, a autora apresenta uma série de sugestões a serem adotadas pelo governo do Reino Unido. A seguir, passa-se à seleção de algumas:

- Criação de zonas empreendedoras, que dão vantagens regulatórias a empresas de determinada área, não são bons negócios. É melhor gastar esse dinheiro de outra forma.
- Quando vitoriosa, uma parte dos investimentos realizados em empresas inovativas deveria voltar ao Estado, isso é uma potencial forma de economia.
- Adoção de uma intervenção mais proativa em tecnologia inovativa verde (evitando-se o short-termism), a partir das vantagens específicas do Reino Unido³⁸.

³⁵ Nesse sentido, diz: “The idea of an entrepreneurial state suggests that one of the core missing links between growth and inequality (or to use the words of the EC 2020 strategy, between ‘smart’ and ‘inclusive’ growth) lies in a wider identification and understanding of the agents that contribute to the risk-taking required for that growth to occur. Bank bonuses, for example, should not logically be criticised using arguments against the greed and underlying inequality that is produced (even though these generate powerful emotions). Rather they should be argued against by attacking the underlying logical foundation on which they stand.” MAZZUCATO, op. cit. p. 111.

³⁶ MAZZUCATO, op. cit. p. 115.

³⁷ MAZZUCATO, op. cit. p. 69.

³⁸ MAZZUCATO, op. cit. p. 25.

Vale a pena, nesse sentido, comentar a pesquisa realizada pela autora em 2016 sobre a situação de inovação tecnológica no Brasil. Convidada pelo CGEE, Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, Organização Social supervisionada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Mazzucato e uma série de pesquisadores brasileiros tentaram levantar os problemas e possíveis soluções para os limites de resultados na participação Brasileira na criação de inovações, a partir de um programa lançado em 2014 e finalizado com as recomendações da pesquisa em 2016.

A pesquisa, além de apontar que o investimento em inovação no Brasil tem sido majoritariamente público, aponta também que as empresas brasileiras apresentam pouca propensão para investir em inovação³⁹, bem como apresentam pouco investimento em treinamento e qualificação educacional, indispensáveis para o desenvolvimento tecnológico do país⁴⁰ e que em geral as empresas envolvidas na área não engajam sistematicamente em parcerias com outras firmas ou universidades (MAZZUCATO; PENNA, 2016).

Do mesmo modo, os autores trazem uma crítica contundente de que o sistema de educação superior no Brasil é muito elitista, contendo uma baixa quantidade dos jovens no ensino superior quando comparado com outros países e ainda uma concentração da maior parte das universidades do País no sudeste (MAZZUCATO; PENNA, 2016), apontando que os financiamentos de públicos têm sido indispensáveis para alcançar os números de crescimento

³⁹ Nesse sentido, dizem os autores: “Firms have a very low propensity to innovate, which means that business expenditure on R&D (BERD) is also very low, reaching just 0.52 percent of GDP in 2013, which is about the same throughout the previous decade (Figure 3). Furthermore, data from the Brazilian business R&D and innovation survey (the ‘Pintec’) showed that only 35.56 percent of surveyed firms declared that they carried out innovations between 2009 and 2011. While higher than the 32.52 percent innovation rate from 1998–2000, this is lower than the 38.11 percent of the previous survey from 2006 to 2008. Moreover, Brazilian firms typically invest more in process innovation, through the acquisition of (imported) machinery and equipment, than in product innovation. Just 3.66 (2.12) percent of firms carried out product (process) innovations that were new to the Brazilian market” MAZZUCATO; PENNA, 2016, p. 52)

⁴⁰ Neste sentido, também dizem os autores: “Firms also have very low expenditures on training and educational qualifications (less than 0.10 percent of net income). Expenditures in these areas represent a small fraction (less than 3 percent) of the already low expenditure on innovative activities.” (MAZZUCATO; PENNA, 2016, p. 53)

recente que o país vem apresentando, com uma especial importância para as políticas de investimento do BNDES⁴¹.

Os principais êxitos foram os projetos “inova” que conseguiram unir a academia, demandas privadas de empresas, órgãos e empresas governamentais. Mas mesmo assim, a pesquisa apontou que a replicação do modelo inova no Brasil como um todo não seria possível por conta de barreiras de infraestrutura e de competências, sendo necessário uma pretensão inclusiva para que as diversas regiões e realidades sociais possam participar do processo, o que é essencial para seu resultado.

A pesquisa, em virtude desse problema, fez uma de suas 8 recomendações para a política de inovação e tecnologia brasileira ser:

As missões devem, sempre que possível, ser concebidas de forma a contribuir para o combate à desigualdade. Algumas farão isso diretamente e outros indiretamente. Em alguns casos, investimentos complementares em infraestrutura e competências serão necessários, caso as políticas de inovação sejam voltadas para superação da desigualdade. (MAZZUCATO; PENNA, 2016, p. 14, tradução livre).

Em outros termos, a redução de desigualdade e compartilhamento de infraestrutura e formação técnica são uma das questões centrais para aumentar a capacidade de participação do Brasil em processos de criação e inovação de tecnologias. Isso quer dizer que em termos macros, o investimento público não só deve ser realizado em iniciativas independentes articulem instituições de pesquisa com o governo, como também que a sociedade como um todo seja envolvida de alguma forma igualmente no processo de formação e accountability das iniciativas.

Para países em desenvolvimento, a análise da Mazzucato apontam para o fato de que se a internet e o domínio da governança dela ocorreram com qualidade e liderança nos EUA, isso foi com 1) muito investimento estatal e 2) uma preocupação constante de esse investimento retornar como algum benefício social (MAZZUCATO, 2011).

41 Nesse sentido, dizem: “In summary, the Brazilian private financial sector currently plays a very small role in funding R&D and innovation projects, so that public funding policies and public financial instruments are a key element in Brazil’s innovation policies.” (MAZZUCATO; PENNA, 2016)

A análise realizada foi feita sobre o mercado de inovação - mas a característica única da Internet, que cobra dela um caráter de produto e de inovações constantes - e a necessidade de estruturas articuladas entre pesquisadores, empresas e governos faz com que seus apontamentos sejam relevantes do ponto de vista também da sua estrutura de governança e participação civil

Qual o investimento que fazemos em nossos países para que nossa participação nos espaços de governança da internet e discussões tecnológicas tenham o sucesso que devem ter? Essa é uma pergunta que deve guiar uma eventual solução aos problemas encontrados. Mas é importante entender também o processo histórico de criação das relações entre os países do norte e do sul, e como essa rede acabou por criar estruturas de poder entre o norte e o sul.

3 A COLONIALIDADE

3.1 E Suas Origens

Segundo Mignolo (2005), não há como falar de modernidade ou capitalismo sem falar de colonialidade – e vice-versa. Para o autor, o processo primordial de construção do que podemos chamar hoje de colonialidade se deu simultaneamente à construção de uma articulação mundial e eurocêntrica de rotas de comércio no atlântico (MIGNOLO, 2005).

Nesse sentido, não importa discutir se havia ou não comércio antes disso, ou mesmo se havia ou não um sistema mundo diverso, mas sim que a história do capitalismo é vista de dentro para fora (da Europa para as colônias). Foi a articulação de uma rota comercial atlântica, com alcance mundial, que organizou o sistema mundo que projeta como estratégia a colonialidade do poder a partir do século XVI (MIGNOLO, 2005).

É a partir deste momento que começam a surgir os termos hemisfério ocidental e oriental, o que é “o centro”, que se contorna pelas rotas comerciais que envolviam o mundo e se centralizavam na Europa, a partir da criação das rotas comerciais do atlântico (MIGNOLO, 2005). Assim, o hemisfério ocidental se forma a partir de uma imagem eurocêntrica às Américas: as Américas se ligam ao hemisfério ocidental, por uma ligação com a Europa, mas sem se confundir com ela (MIGNOLO 2005).

Quijano, no mesmo sentido, diz que a globalização em curso é um processo que começa com a constituição da América e do capitalismo global moderno como a forma de organização do mundo a partir de uma perspectiva eurocentrada (QUIJANO, 2000).⁴² Mas essa reorganização geográfica, segundo o autor, não apenas inaugura uma nova forma de ver a terra, mas inaugura novas categorias psicológicas e sociais (QUIJANO, 2000)⁴³.

⁴³ Nesse sentido, diz o autor: “La idea de raza, en su sentido moderno, no tiene historia conocida antes de America. Quizás se originó como referencia a las diferencias fenotípicas entre conquistadores y conquistados, pero lo que importa es que muy pronto fue construida como referencia a supuestas estructuras biológicas diferenciales entre esos grupos. La formación de relaciones sociales fundadas en dicha idea, produjo en América identidades sociales históricamente nuevas: indios, negros y mestizos y redefinió otras”. QUIJANO, 2000, p. 202.

“Raça” é uma categoria que começa a ser cunhada social e psicologicamente após a consolidação da globalização moderna, portanto. Com ela, surgem também as diferenciações entre o “nós” e “eles”; entre colonizador, colonizado; a partir de uma perspectiva europeia de nova organização mundial (QUIJANO, 2000). Com o tempo, essa diferenciação social se confunde com as diferenciações encontradas entre os diferentes fenótipos dos colonizados e colonizadores⁴⁴,

Essas novas identidades históricas foram então associadas a locais e funções políticas da nova configuração internacional do trabalho: estava em curso uma nova divisão racial do trabalho (QUIJANO, 2000). Em outras palavras, segundo Coronil (CORONIL, 2005), é a globalização capitalista que promove uma mudança permanente na concepção do mundo não só quanto ao seu espaço, mas também quanto à questões cognitivas de como nos relacionamos com ele: quem são “nós” que escrevemos a história ocidental, eles, qual a função de cada um nesta nova sociedade, qual o valor de cada um, e quais relações se estabelecem entre todos.⁴⁵

3.2 E Seus Símbolos

Segundo Woods (2003), o conceito de democracia surge de um processo histórico que confere um status específico de cidadania a um grupo de cidadãos camponeses. Neste contexto,

⁴⁴ Diz sobre o tema o autor: “Con el tiempo, los colonizadores codificaron como color los rasgos fenotípicos de los colonizados y lo asumieron como la característica emblemática de la categoría racial. Esa codificación fue inicialmente establecida, probablemente, en el área britano-americana. Los negros eran allí no solamente los explotados más importantes, pues la parte principal de la economía reposaba en su trabajo. Eran, sobre todo, la raza colonizada más importante, ya que los indios no formaban parte de esa sociedad colonial. En consecuencia, los dominantes se llamaron a sí mismos blancos”. QUIJANO, 2000, p. 203.

⁴⁵ Segundo o autor: “O processo de globalização está desestabilizando não só as fronteiras geográficas e políticas, mas também os protocolos disciplinares e seus paradigmas teóricos. A globalização evidencia os limites da divisão entre a modernidade e a pós-modernidade, bem como as oposições entre o material e o discursivo, o econômico e o cultural, a determinação e a contingência, o todo e os fragmentos que continuam influenciando nossas práticas disciplinares. Mais que nunca, assim como os fenômenos locais não podem ser compreendidos fora das condições globais em que se desenvolvem, os fenômenos globais não podem ser compreendidos sem explicar as forças locais que os sustentam. Com sorte, o esforço de dar sentido à relação entre o que, por falta de melhor expressão, chamamos de a dialética entre localização e globalização no contexto de condições de conhecimento e produção globalizadas, ao descentralizar as epistemologias do Ocidente e ao reconhecer outras alternativas de vida, produzirá não só imagens mais complexas do mundo mas também modos de conhecimento que permitam uma melhor compreensão e representação da própria vida. (CORONIL, 2005, p.

a liberdade “que sua cidadania tornava possível era a liberdade do *demos* em relação ao senhorio” (WOODS, 2003, p. 177).

Em outros termos, o cidadão ateniense quando se reivindicava cidadão, afirmava não ter senhor, relação de subordinação a nenhum homem mortal (WOODS, 2003). Se a cidadania é então o conceito constitutivo da democracia ateniense, na democracia moderna o elemento seria outro. Segundo Woods, a Magna Carta seria o primeiro instrumento de constituição de um capitalismo liberal que se institui na ascensão de uma classe proprietária, que impõe limites aos senhores – mas também à grande população. Desloca-se, assim, o centro do poder do senhorio para a propriedade (WOODS, 2003). O surgimento do indivíduo como uma figura isolada de sua classe é algo que acaba sendo imposto pelo capitalismo moderno, com indivíduos formalmente livres e iguais.

Assim, transformou-se também a esfera pública: ampliando a categoria de cidadão ao maior número possível de pessoas, mas reduzindo-se significativamente o poder dessa cidadania e deslocando o poder público para a propriedade (WOODS, 2003)⁴⁶. Aqui está um dos núcleos históricos das contradições da democracia liberal: “a propriedade que defendiam já era em grande parte capitalista, mas a liberdade que invocavam para protegê-la (...) estava enraizada no senhorio pré-capitalista”.

A criação dessa democracia liberal então, retoma alguns dos conceitos da antiga democracia ateniense, mas não a partir de um *demos* ou poder popular para governar; mas em novos termos de liberdade civil, expressão e outros direitos de primeira geração (WOODS, 2003). Mas não mudam o fato de que a democracia em sua essência busca de alguma forma manter relações de servidão e diferenciação entre diferentes classes sociais, o que implicou a construção de um estado complementemente voltado a garantia dessas condições.

Essa modificação perpassa diversos aspectos da vida social, desde a concepção do espaço público, dos direitos sociais, das formas como se educam e se inserem as pessoas em

⁴⁶ Nesse sentido, segundo a autora: “Na prática, a democracia ateniense era certamente excludente, tanto que parece estranho dar-lhe o nome de democracia. A maioria da população – mulheres, escravos e estrangeiros residentes (metecos) – não desfrutava dos privilégios da cidadania. Mas a necessidade de trabalhar para viver e mesmo a falta de propriedade não constituíam motivo de exclusão do pleno gozo dos direitos políticos.” (WOODS, 2003, p. 203)

sociedade e quais os tramites dessa nova forma de governar em que existe uma igualdade formal entre as pessoas, mas com a intenção de manutenção de privilégios feudais.

A questão da modernidade com o espaço é algo amplamente importante e discutido, neste sentido. Segundo Bauman, para cumprir e aceitar os requisitos do capitalismo nos tempos de woods, o Estado deveria tornar transparentes as diversas e plurais interações que as e os agentes realizam no espaço urbano (BAUMAN, 1999).

Isso se daria, segundo o autor, por meio de um mapeamento do corpo social: em que o poder estatal se tornaria imune às iniciativas interpretativas de “base popular” que poderiam saturar o espaço com significados desconhecidos e ilegíveis para os poderes constituídos e assim tornar espaço invulneráveis ao controle de “cima”.

Nesse sentido, a partir desse mapeamento, uma nova etapa de relação com o espaço urbano seria posta em prática. Com a legibilidade do campo social concebida, haveria uma posterior espacialização de mapas, que seria a imposição de uma cartografia previamente fabricada como forma de subordinar funcionalmente a arquitetura e a demografia às necessidades da cidade como um todo (BAUMAN, 1999)

Essa inscrição de mapas na realidade social se dá pelo planejamento de estruturas urbanas e pela construção de cidades que possuem o intuito de ordenar, regular e normatizar todas as ações sociais. Busca-se afastar o inesperado e a construção de um modelo espacial livre do fortuito, do acidental e do ambivalente (BAUMAN, 1999)⁴⁷.

Em outros aspectos, parte desta nova conformação da democracia, da modernidade e do capitalismo, que em muitos aspectos se confundem, está na coordenação dos espaços de organização e a disputa sobre eles. Os espaços em questão não são, segundo alguns autores, meramente físicos – eles são socialmente construídos e bastante simbólicos.

⁴⁷ Segundo o autor: “A legibilidade e transparência do espaço, consideradas nos tempos modernos a característica diferencial da ordem racional, não foram, enquanto tais, invenções modernas; afinal, em todos os tempos e lugares foram condições indispensáveis da coexistência humana, oferecendo a quantidade módica de certeza e autoconfiança sem a qual a vida diária era simplesmente impensável. A única novidade moderna foi situar a transparência e a legibilidade como um objetivo a ser sistematicamente perseguido — como uma *tarefa*, algo que ainda precisa ser imposto à realidade recalcitrante, tendo sido primeiro delineado com a ajuda de especialistas. (BAUMAN, 1999, p. 34)

Para Foucault, por exemplo, a vida deve ser controlada e posta numa engrenagem sócio-urbana que aumenta seu vigor econômico, que lhe dá utilidade e que minora, por meio da obediência a padrões pré-moldados, sua força em termos políticos (FOUCAULT, 2009, pp. 133-134). Esse processo de controle social não se dá de maneira abrupta e pontual, mas de maneira permanente e perene: um mecanismo de dominação permanente e invisível (FOUCAULT, 2011)

Segundo Bourdieu (1989), o poder simbólico é, com efeito, um poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos, ou mesmo que o exerce.

Nesse sentido, o poder simbólico é uma forma transformada de outras formas de poder e de dominação, que possibilitam uma aceitação legitimada, irreconhecível dessas mesmas formas (BOURDIEU, 1989). Porém, para funcionar enquanto instrumento de “fazer ver ou crer” deve ser reconhecido – o que significa não ser arbitrário (BOURDIEU, 1989).

O poder simbólico é estruturante, mas é também estruturado. O que pode ser visto nos sistemas estruturados de linguagem, como a língua, que é estruturada por diversas formas simbólicas pré-determinadas, mas que podem ser reestruturadas de outras formas. Em outros termos, a crença no significado do que é dito e a reivindicação de um significado por alguém que fala são dois lados da mesma moeda linguística (BRANDOM, 2000).

Segundo Wacquant (2007), esse poder simbólico, de maneira sedimentada pode ser visualizado no que Bourdieu chamou de *habitus*: o modo ou estado em que como a sociedade se torna depositada dentro das pessoas, se traduzindo em pensamento, reações, sentimentos que estão a disposição da pessoa para reagir criativamente ao que socialmente os é colocado.

Em outros termos, o *habitus* nasce a partir de um conceito grego daquilo que para eles era “um estado adquirido e firmemente estabelecido do caráter moral que orienta nossos sentidos e desejos e, como tal, nossa conduta” (WACQUANT, 2007, pp. 65). Em outros termos, o conjunto de poderes simbólicos que nos estrutura nos coloca em determinado *habitus* para reagir e sentir estímulos externos (BOURDIEU, 1989).

A organização das estruturas a nossa volta, sejam elas físicas, espaciais, jurídicas, tem um poder simbólico que nos permite – e nos limita a – agir de determinadas formas em relação ao que nos acontece.

Especificamente em relação à colonialidade, Fanon identificou inclusive um complexo característico do ser negro em relação aos seus colonizadores que pode ser, a partir da definição de *habitus* de Bourdieu, entendido como a forma socialmente estruturada de resposta a estímulos externos (BOURDIEU, 1989).

Nesse sentido, para iniciar seus estudos, Fanon analisou, antes, estudo de Mannoni. Este estudo, segundo Fanon (2008), foi uma tentativa de analisar a psiquê colonial que encontrou os seguintes resultados e teorias: o fato de um malgaxe⁴⁸ adulto ser isolado em um meio diferente do seu, e mesmo assim poder se tornar sensível a um sentimento de inferioridade em relação aos brancos, seria uma prova irrefutável que há algum tipo de gérmen de inferioridade nele desde a sua infância (MANNONI apud. FANON, 2008).

Fanon discorda inteiramente da conclusão, que ignora a existência de uma estrutura racista que existe tanto na África do Sul de então quanto na França, o dito país menos racista do mundo (FANON, 2008). O sentimento de inferioridade sentido pelos negros e colonizados é decorrente de um fato apenas: “é o racista que cria o inferiorizado” (FANON, 2008, p. 90).

Em outros termos, para Fanon, Mannoni analisou a psiquê dos malgaxes como se eles ainda existissem enquanto tal. Como se estivessem isolados e colocados em suas tribos locais e sem qualquer contato com os brancos. Porém, os malgaxes, tais como descritos por Mannoni, não existem mais segundo Fanon: porque a partir do momento em que a ilha é colonizada e os brancos se fazem presentes, surge uma nova forma de psiquê, que se desenvolve também pelo contexto social (FANON, 2008)⁴⁹.

Assim, pelo surgimento do branco na ilha, que reduz a importância da existência malgaxe, estes malgaxes que nunca tiveram contato com os brancos surgem enquanto tal: descobrem-se malgaxes e não simplesmente humanos porque conhecem os brancos, que expressamente determinam sua superioridade (FANON, 2008).

⁴⁸ Definição dada aos nativos originários da Ilha de Madagascar, escolhidos por Mannoni para seu estudo por serem comunidades que até pouco tempo não haviam tido nenhum tipo de contato, em teoria, com o colonizador (FANON, 2008)

⁴⁹ Sobre isso, diz o autor: “O branco, ao desembarcar em Madagascar, provocou uma ferida absoluta. As conseqüências dessa irrupção européia em Madagascar não são apenas psicológicas, pois, todo o mundo já o disse, há relações internas entre a consciência e o contexto social.” (FANON, 2008, p. 93)

Agora, estes malgaxes tem duas opções que lhe foram apresentadas: buscar se tornarem brancos, isto é, terem sua humanidade reconhecida e arcarem com o peso do complexo de inferioridade, ou buscar a ajuda necessária daqueles que se mostram superiores e estarem em paz com um complexo de dependência (FANON, 2008).⁵⁰

Analisando, em outra obra, os casos de psicopatias que assolaram os colonizados nos períodos de colonização, Fanon identificou que houve uma maciça internação de diversos dos colonos desmoronados e psicicamente doentes por uma força que não pode ser entendida senão como opressão (FANON, 1969)⁵¹.

50 Segundo o autor: “na medida em que o verdadeiro “malgaxe-tipo” do autor assume a “conduta dependente”, tudo vai às mil maravilhas. Mas se ele esquece o seu lugar, se por acaso mete na cabeça que quer igualar-se ao europeu, então o dito europeu se irrita e rejeita o audacioso – que, nesta ocasião, e neste “caso excepcional”, paga com um complexo de inferioridade sua rejeição da dependência.” (FANON, 2008, p. 90)

51 Neste sentido, segundo o autor: “No período de colonização não contestada pela luta armada, quando a soma de excitações nocivas ultrapassa um certo limite, as posições defensivas dos colonizados desmoronam, e estes últimos se vêem então em grande número nos hospitais psiquiátricos. Há, portanto, nesse período calmo de colonização vitoriosa uma regular e importante patologia mental produzida diretamente pela opressão.” (FANON, 1969, p. 212).

4 POSSIBILIDADES DE RESPOSTA

É especialmente importante apontar em que campo de discussão do Direito e do Direito regulatório esta pesquisa busca elementos de solução de problemas. Como dito por Kennedy (2004), não podemos nos prender a respostas antigas para problemas que estão constantemente mudando. É necessário que o Direito consiga assumir seu papel de solução de problemas e passe a ter uma postura mais ativa na proposição de soluções e menos reativa e conservadora dos problemas.

Para tanto serão apresentados, a seguir, alguns discursos e teorias que serão utilizados como base das proposições feitas ao final do processo de análise dos dados coletados.

4.1 A Partir do Direito Achado na Rua

A primeira teoria vem da pergunta sobre “o que é o direito”? Segundo Roberto Lyra Filho (1982), não podemos acreditar em simplismos acadêmicos de tentar encaixar o direito como o que dele comporta as leis. Ele vai muito além da lei. Inclusive, ele se transforma e não se limita a apenas uma forma determinada (LYRA FILHO, 1982).⁵²

Nesse sentido, aponta o autor que, durante a história, houve uma disputa entre o que era chamado de juspositivismo e o jusnaturalismo. O primeiro seria uma espécie de concepção jurídica que entende o direito como a ordem estabelecida e, o último, o direito como uma ordem justa (LYRA FILHO, 1982). Mas o direito na realidade não se resume a nenhuma das duas concepções: ele flutua entre elas em uma dialética permanente entre tese e antítese, positivismo e naturalismo (LYRA FILHO, 1982).

⁵²Nesse sentido, diz o autor: “Nosso objetivo é perguntar, no sentido mais amplo, o que é Direito (com ou sem leis), mas é preciso esclarecer, igualmente, que nada é, num sentido perfeito e acabado; que tudo é, sendo. Queremos dizer, com isto, que as coisas não obedecem a essências ideais, criadas por certos filósofos, como espécie de modelo fixo, um cabide metafísico, em que penduram a realidade dos fenômenos naturais e sociais. As coisas, ao contrário, formam-se nestas próprias condições de existência que prevalecem na Natureza e na Sociedade, onde ademais se mantêm num movimento constante e contínua transformação.” (LYRA FILHO, p. 6)

Nesse sentido, as normas se colocam ao direito positivo como todo o direito, mesmo que hajam algumas variações dentro deste pensamento, como o positivismo historicista⁵³, sociologista⁵⁴ ou psicologista⁵⁵. Enquanto isso, o jusnaturalismo é uma compreensão de que há na natureza das coisas uma concepção de justiça que deve ser buscada e incorporada ao Direito. Desta forma, o direito natural está sempre oscilando entre o direito natural conservador e o direito natural de combate (LYRA, FILHO, 1982).

Uma parte das teorias de preocupação social passa a enxergar, assim, a possibilidade de ser feita a justiça natural a partir da exploração das noções de ordem do direito positivista: a organização de movimentos sociais em torno da reivindicação dos direitos que residem na brecha das normas positivadas. Esse seria o direito natural de combate que promoveria uma melhora no direito das classes exploradas (LYRA FILHO, 1982).

O problema é que nesta concepção ainda se entende o direito apenas como aquilo que é estatalmente colocado. As normas ainda são o único constituinte do direito, que devem ser exploradas, alteradas e reivindicadas em torno de preceitos naturalmente encontrados na natureza de uma justiça social a classes exploradas. Igualmente, o direito positivista também busca no jusnaturalismo um complemento que dá à sua ordem uma noção de justiça, uma vez

⁵³ Segundo o autor: “A modalidade historicista recua um passo e prefere voltar-se para as formações jurídicas pré-legislativas, isto é, anteriores à lei. Mergulha, então, nas normas jurídicas não escritas, não organizadas em leis e códigos, mas admitidas como uma espécie de produto espontâneo do que se chama “espírito do povo”. Acontece que este fantasma, utilíssimo à ordem dominante, atribui ao “povo” os costumes principais... não importa muito que se desloque o foco da legislação (imposto pelo Estado) para os mores, de vez que estes, sendo focalizados em termos de mores da classe e grupos dominantes, e o Estado sendo expressão da mesma classe, é também à mesma ordem a que ambos (historicismo e legalismo) se referem e consideram inatacável.” (LYRA FILHO, 1982, pp. 18-19)

⁵⁴ Segundo o autor: “A modalidade sociologista de positivismo tem ligação íntima com a historicista (por isto, foram citadas num só grupo), uma vez que é apenas uma generalização do historicismo. Queremos dizer que, em vez de focalizar um direito costumeiro (afinal engolido pelas leis estatais, quando aparecem estas) o sociologismo propõe o esquema da abordagem historicista, generalizando-o. Assim, ele se volta para o sistema de controle social, que reveste a ordem estabelecida e na qual o Estado seria apenas um representante daquela ordem, que lhe dá substância, validade e fundamento.” (LYRA FILHO, 1982, p. 19)

⁵⁵ Segundo o autor: “O “sentimento do direito”, procurado numa intuição livre, acaba descobrindo, e não por mera coincidência, na “alma” dos pesquisadores, a ideologia jurídica peculiar à sua classe e seu grupo, isto é, os princípios perfeitamente compatíveis com a ordem estabelecida. Começando nas “belas almas”, em que a ideologia brota como uma flor, e idealizando, romanticamente, a dominação, o “sentimento do direito” acaba amadurecendo nos mesmos frutos repressivos.” (LYRA FILHO, 1982, p. 21)

que em todas as suas formas, há sempre algum argumento de legitimidade para a ordem criada (LYRA FILHO, 1982).

Desta forma, a única solução possível para de fato entender o que é o direito é colocando-o em uma perspectiva dialética. O direito surge na dialética social, no processo histórico da luta de classes. Em outros termos, direito é a concretização da máxima “o livre desenvolvimento de cada um é condição para o livre desenvolvimento de todos” (LYRA FILHO, 1982, p. 59). É deste preceito que surge e se cunha o termo que melhor descreve o método pelo qual devemos buscar e determinar o Direito: o humanismo dialético (LYRA FILHO, 1983).

Segundo Carolina Tokarski, o combate do humanismo dialético ao positivismo não nega a positividade do direito. O direito passa não a ser derivado das normas, mas fonte da legitimidade das mesmas, superando-se a antinomia criada pelo binômio necessidade-liberdade, ao entender que ambos andam juntos em um processo contínuo⁵⁶ (TOKARSKI, 2009).

Segundo José Geraldo (2006), o termo Direito Achado na Rua é então uma criação do professor Lyra Filho para uma proposta pedagógica permanente de capacitação de assessorias jurídicas de movimentos sociais e a busca por uma construção de novos sujeitos coletivos, ao invés do sujeito de direito individual - e a partir da experiência por eles desenvolvidas. Nesse sentido, aqui, rua é uma metáfora ao espaço público e uma rejeição do Direito às normas criadas em salas fechadas (SOUZA JUNIOR, 2006).⁵⁷

Tenta-se, dessa forma, organizar o Direito em torno de outros novos sujeitos: não apenas em torno daquele individual, centrado na ideia do homem iluminista de que o indivíduo reflete uma visão de mundo dominada de racionalidade e autotransparência do “pensar em si mesmo”, mas um coletivo, que pretende organizar, construir e reivindicar direitos (SOUZA JUNIOR, 2008).

⁵⁶ Nesse sentido, diz a autora: “a consciência do agir humano enquanto elemento de intervenção no mundo reforça sua capacidade de quebrar as algemas e vencer determinações, todavia, também afirma a responsabilidade deste homem na construção de um novo mundo sem algemas” (TOKARSKI, 2009, p. 34)

⁵⁷ Nesse sentido, diz o autor: “A rua aí, evidentemente, uma metáfora do espaço público, do lugar do acontecimento, do protesto, da formação de novas sociabilidades e do estabelecimento de reconhecimentos recíprocos na ação autônoma da cidadania (autônomos: que se dão a si mesmos o direito).” P. 12

Em outros termos, esse entendimento do direito, que desloca a noção de sujeito de direitos do indivíduo para o coletivo presume que há uma necessidade de organização coletiva dos partícipes do direito. Essa concepção não nega então as leis, nem o justo, mas considera equivocada a construção de uma ideia única de direito sem uma relação dialética entre teses e antíteses.

Concretamente, em especial para a pesquisa que estamos realizando, o discurso e pensamento apresentado serve como uma importante concepção de como se fazer direito: organizando demandas em torno não de qualquer objetivo (como garantir simplesmente o cumprimento de uma lei, ou o questionamento dela perante um direito que julgamos ser intrínseco à humanidade), mas com a proposta de ampliar permanentemente a liberdade pela consolidação de esforços coletivos. Isso nos indica que é importante entender de que forma os problemas jurídicos, aqui entendidos como falta de liberdade, serão resolvidos: em movimentos coletivos organizados, e não simplesmente pela decretação de normas.

Em outras palavras, esta perspectiva permite que a gente entenda este problema, que é histórico e social, como algo a ser resolvido por meio de um processo dialético de reivindicações de direitos. Isso significa que uma eventual solução indicada por este trabalho deve passar prioritariamente por alguma forma que incentive, aumente ou permita minimamente uma organização coletiva de sujeitos de direitos em torno da reivindicação destes espaços – o que significa que uma ação independente do estado não será suficiente.

Desta forma, o direito deverá assumir um novo papel: não o de solucionador de demandas individuais, lides, formadas em uma pirâmide entre partes e juiz. Mas sim, um solucionador de demandas coletivas pelo fortalecimento da consciência do sujeito jurídico coletivo, da organização deste sujeito em torno de sua luta por liberdade e direitos.

Esse papel não é o mesmo que o de um Estado de comando e controle, de demanda e punição. O que dificulta a utilização de teorias tradicionais de direito regulatório para a concretização de resultados. Para tentar ilustrar possíveis epistemologias regulatórias de um Estado e juristas voltados à concretização de direitos, tentaremos estudar mais a fundo algumas teorias que reinventam o papel do Estado na regulação: a teoria da regulação responsiva e a regulação descentrada.

4.2 A partir de novos paradigmas de regulação

A Regulação responsiva é uma forma de regulação que foi criada colaborativamente (BRAITHWAITE, 2011), mas que encontra um forte e conhecido defensor na figura de Braithwaite, um teórico australiano. No livro que escreveu com Ian Ayres, “Responsive Regulation: Transcending the Deregulation Debate”, a intenção principal dos autores era exatamente transcender o debate entre regulação e desregulação pela inovação no desenho regulatório (AYRES; BRAITHWAITE, 1992).

Nesse sentido, havia uma forte indicação da possibilidade de alterar o desenho regulatório para que houvesse um canal de comunicação entre o Estado e os atores da prática regulada a fim de criar uma pirâmide regulatória em que a atuação estatal punitiva pudesse variar de acordo com o nível da ação ou do ator envolvido.

Na base da pirâmide, estaria o que seria a ação estatal mais utilizada nesse novo desenho regulatório: a persuasão. Caso isso falhe, o próximo nível de enforcement legal seria uma notificação. Em seguida, uma sanção civil. Então uma sanção criminal. A seguir, uma suspensão de licença de atuação. E, por fim, uma Revogação de licença (AYRES; BRAITHWAITE, 1992).

A lógica aqui seria estabelecer uma forma e uma postura crescente de penalidade para com o administrado, no sentido de que sua ação possa não só ser punida de uma maneira justa, mas que crie um ambiente sem ameaças para quem têm motivação intrínseca para serem responsivos e que crie ameaças para os que não apresentam tal motivação.

Essa proposta punitiva também escalonaria, então, a estratégia regulatória estatal em uma pirâmide. Ou seja, qual seria o nível de atuação estatal em relação aos administrados: na base, haveria uma autoregulação; em um próximo nível, uma autoregulação forçada; em seguida, uma regulação de comando com uma punição discricionária; e, por fim, um comando de regulação com uma punição não discricionária.

A ideia aqui seria direcionar para empurrar para baixo desta pirâmide estratégica (auto regulação e auto regulação forçada) a maior parte da ação regulatória estatal. Tanto a autoregulação quanto a regulação de comando com punição (os extremos da pirâmide), parecem ser situações que não precisam de incentivos ou uma inovação na política regulatória: ou a empresa tem naturalmente os incentivos para não atuar de maneira anticoncorrencial e não requer a atenção pública ou ela precisa de punição e atuação ativa estatal.

Mas a parte central, a autoregulação forçada, seria um desafio a ser enfrentado. Desafio este que não se responde apenas pelo medo passivo de uma sanção a ser apresentada, mas que precisa de uma forma inventiva de atuação estatal⁵⁸. Neste sentido, em uma autoregulação forçada, os regulados fariam suas próprias regras de atuação, seguindo as diretrizes gerais apresentadas pelo governo e sob a aprovação dele; qualquer descumprimento dessas regras geraria uma punição a ser apresentada pelo Estado.

Esta nova forma de desenho regulatório, que acredita no canal comunicativo estatal, nos incentivos aos players de se auto regularem e de criarem novas regras para se autoregularem de maneira forçada ampara-se em uma nova forma de pensar a intervenção estatal regulatória: nem apostar em uma intervenção total da indústria, nem em sua não intervenção absoluta.

Nesse sentido, os referidos autores propõem que haja uma intervenção parcial que pode se dar de uma maneira variada de formas⁵⁹ e que entende que há uma possibilidade de criar uma estrutura e um canal comunicativo que possa aproveitar os benefícios da intervenção e da não intervenção caso a caso. Nesse sentido, não existe um formato pré-moldado de desenho regulatório que possa ser usado de antemão (BRAITHWAITE, 2011).

No caso brasileiro, observa-se a existência da possibilidade de construção de um desenho regulatório que possa focar sua atuação nas empresas de grande porte, mas que apresente, concomitantemente, uma política de preservação de empresas de pequeno porte e cidadãos.

Por não ser uma teoria que pretende totalizar respostas a respeito de qual deva ser esse desenho, ficamos aqui com a ideia de que a atuação estatal não precisa ser uma atuação punitiva

⁵⁸Nesse sentido, “Modeling of regulatory deterrence tends to falling to the trap of considering only the option of passive deterrence—deterrent credibility shaped by the potency of the sanctions waiting to be used. The modeling of deterrence in warfare, however, has long involved recognition of the importance of active escalation—a more dynamic modeling of deterrence as an unfolding process. The finesse with which escalation is executed can be as crucial to the efficacy of deterrence as the potency of passive sanctions.”(AYRES; BRAITHWAITE, 1992, p.39).

⁵⁹Com esse entendimento, temos que “Partial-industry regulation can take a wide variety of forms: 1. Dominant-firm strategies seek to restrainant icompetitive behavior of dominant firms (while leaving fringe firms unregulated) 2. Fringe-firm strategies seek topromote or preserve the existence of fringe firms (but then allow the structurally improved market to set its own price) 3. Oligopoly tournament strategies seek to reward firms for their relative performance (as with patent races and yardstick competition) These strategies might be used individually or in conjunction to enhance the competitive environment of an industry” (AYRES; BRAITHWAITE, 1992, p. 153)

agressiva ou ostensiva. A criação de um sistema complexo que possa incentivar a auto-regulação pode ser feito com ações mais sutis, menos custosas e que trazem eficácia sem comprometer a eficiência.

Ou seja, a atuação estatal pode atuar de maneira responsiva em relação a forma que os regulados têm se comprometido com as regras apresentadas, bem como de maneira responsiva em relação a qual parte da indústria se deve dar mais importância, tentando atuar menos em espaços que tendem à autoregulação.

Porém, isto só pode acontecer quando está criado um espaço de comunicação e possibilidade de diálogo com os participantes. Como foi dito anteriormente, a regulação responsiva não se sustenta apenas com o medo de sanção para incentivar os players, devendo ser possível ajustar medidas de acordo com as respostas. E, para tanto, é preciso um suporte mínimo de contato com estes players capaz de pensar e ir além da mera punição.

Em outros termos, ajustar as estratégias operacionais e cognitivas estatais para termos uma regulação responsiva de fato, efetivamente. A crítica feita por Black e Baldwin é de que tal tipo de regulação é muito difícil de ser vista. Isso porque sua implementação requer uma nova forma de pensar a política regulatória estatal e pode fracassar se a tentativa for a de aplicação da teoria de maneira limitada ou regionalizada⁶⁰.

⁶⁰ Nesse sentido, dizem: “we argue that to be really responsive, regulator have to be responsive not only to the compliance performance of the regulatee, but in five further ways: to the firm’s own operating and cognitive frameworks (‘their arritudinal settings’); to the broader institutional environment of the regulatory regime; to the different logics of regulatory tools and strategies; to the regime’s own performance; and finally to changes in each of these elements” BALDWIN, Robert; BLACK, Julia. Really Responsive Regulation. LSE Law, Society and Economy Working Papers n° 15/2007, London School of Economics and Political Science, 2007. p. 4

Nesse sentido, disse: “The decentred understanding of regulation has filtered through in a more dilute form into practitioner debates and government literature on regulation. Policy-makers are essentially being told (by other policy-makers) that, first, there is no clear dichotomy between state regulation and non-state regulation, but a continuum between the two.²⁷ Secondly, that problems have multiple causes, many unknown, and that regulation has unintended consequences. Policy-makers therefore should not think in terms of using just one regulatory instrument to address a problem, but of using a range of instruments in a combination which will be multifaceted and hope to minimize, or self-correct, unintended consequences: instrument mix is the new buzz phrase. Thirdly, that one set of solutions will not fit all problems-regulatory design has to be contextual, it has to be responsive to the context in which it will be operating Fourthly, that governments should not row and cannot steer, at least not directly. 3D Rather they have to create the conditions in which firms, markets, etc. steer themselves, but in the direction that governments want them to go: regulation at one remove.” BLACK, Julia. Op. cit. pp. 112-113.

Um dos esforços de Black, nesse sentido, é o de desenvolver princípios que compõem uma teoria específica da regulação, a regulação descentrada. Essa seria uma forma de regulação que não seria centrada simplesmente na atuação estatal de comando e controle (CAC) como resposta a problemas regulatórios⁶¹.

Isso porque este tipo de regulação centrada no estado traz alguns problemas, como: a) as leis utilizadas são inapropriadas e não sofisticadas (falha de instrumento); b) o governo tem pouco conhecimento para identificar problemas (falha de conhecimento); c) a implementação da regulação desenhada é inadequada (falha de implementação); e d) os regulados tem poucos incentivos para cooperar (falha de incentivos).

A introdução da regulação descentrada indica então que há uma mudança na lógica regulatória. Indica, nesse sentido, que 1) não há uma clara dicotomia entre regulação estatal e não estatal; 2) os problemas tem varias causas, muitas desconhecidas, o que faz com que a regulação sempre tenha resultados não previstos; além disso, observa-se que 3) apenas um conjunto específico de soluções não resolverá todos os problemas, a mistura de instrumentos é o caminho a seguir; e 4) os governos não devem necessariamente “remar”, “e não conseguem dirigir o barco”, pelo menos sozinhos. O foco deve ser fazer com que o mercado reme, mas na direção que o Estado indicar⁶².

É essa necessidade, então, de se repensar a hierarquia tradicional do direito - antes elaborada como poder estatal sobre os cidadãos, forçando-nos a repensar o que entendemos

⁶¹ BLACK, Julia. Decentring Regulation: Understanding the Role of Regulation and Self-Regulation in a ‘Post-Regulatory’ World. *Current Legal Problems*, Volume 54, Issue 1, Pages 103–146. 2001

⁶² Nesse sentido, disse: “The decentred understanding of regulation has filtered through in a more dilute form into practitioner debates and government literature on regulation. Policy-makers are essentially being told (by other policy-makers) that, first, there is no clear dichotomy between state regulation and non-state regulation, but a continuum between the two.²⁷ Secondly, that problems have multiple causes, many unknown, and that regulation has unintended consequences. Policy-makers therefore should not think in terms of using just one regulatory instrument to address a problem, but of using a range of instruments in a combination which will be multifaceted and hope to minimize, or self-correct, unintended consequences: instrument mix is the new buzz phrase. Thirdly, that one set of solutions will not fit all problems-regulatory design has to be contextual, it has to be responsive to the context in which it will be operating Fourthly, that governments should not row and cannot steer, at least not directly. 3D Rather they have to create the conditions in which firms, markets, etc. steer themselves, but in the direction that governments want them to go: regulation at one remove.” BLACK, Julia. *Op. cit.* pp. 112-113.

como direito e o que o direito pensa dele mesmo. Este é um debate que precisamos enfrentar, e que atravessa toda nossa concepção de sistemas jurídicos. Um verdadeiro desafio⁶³.

Mas a teoria nos indica que é possível organizar “redes” de intervenção estatal para solução de problemas, sem necessidade de uma figura central e única do Estado. Isso só é possível com o permanente diálogo e abertura do governo para uma nova forma de pensar políticas públicas e regulação.

Nesse sentido, as medidas governamentais em relação a internet podem se aproveitar muito bem do modelo, uma vez que a trajetória mostra que a regulação efetiva desses espaços só acontece com uma participação ativa do Estado mas não centralizada nele: contando com a participação de empresas e sociedade civil.

Ao mesmo tempo, a teoria permite a colocação do Estado como um nó que articula e interage com outros nós, incentivando sujeitos coletivos a reivindicarem suas liberdades, incentivando a atuação plena de movimentos em torno da internet.

Para pensar, porém, a melhor forma de construção de uma rede permanente de comunicação entre as partes escolhidas e soluções para casos difíceis da governança da internet, vamos analisar o perfil participativo de consultas públicas na ICANN, tentando verificar se os pressupostos teóricos se confirmam, quais as dificuldades a serem enfrentadas e assim entender melhor a rede a ser criada, uma vez que a regulação descentrada requer uma permanente preocupação e conhecimento das condições da rede a ser regulada.

O que também é necessário uma vez que aqui está sendo adotada uma perspectiva de direito que se baseia na noção de um sujeito coletivo de direito formado por uma coletividade de pessoas, em relação com outras e em permanente luta pela reivindicação de seus direitos.

⁶³ Nesta direção, disse: “Teubner and others have noted the globalization of law has decentred law-making from nation states to various sectors of society: contracting parties, technical committees, epistemic communities. Its source is civil society, but it is not in the 'warm communal bonds' of rural or traditional communities, but in the 'cold technical processes' of global specialist networks. Thus decentring, and not just by globalization, raises the issue of the development of a theory of legal pluralism,145 and of the nature of the relationship between regulation and law.” BLACK, Julia. Op. cit. p. 146)

Isso significa que a perspectiva dos participantes é crucial para entender os espaços de atuação de um Estado em rede para auxiliar na resolução do problema.

5 O PERFIL DOS PARTICIPANTES DE CONSULTAS PÚBLICAS DA ICANN

5.1 A Metodologia de pesquisa utilizada: vantagens e limites

Este estudo foi elaborado em um contexto de ensino jurídico, havendo uma expressa relevância da perspectiva jurídica em sua análise, mas teve um caráter interdisciplinar por buscar integrar estudos das áreas de direito, ciência política e sociologia.

Para Frigotto (1995), a interdisciplinaridade é uma forma de o "homem produzir-se enquanto ser social e enquanto sujeito e objeto do conhecimento social". Ou seja, a interdisciplinaridade tem um caráter dialético porque aborda questões que revelam contradições, processos de transformação e de reprodução. Assim, embora esta pesquisa tenha delimitado a análise de uma determinada parcela das atividades da ICANN e busque pensar os problemas encontrados pelo direito, ela não desconsidera as condições sociais e políticas que envolvem e influenciam o tema. Pelo contrário, o objetivo é exatamente auxiliar o estudo jurídico com a ajuda de outros modelos de discursos acadêmicos.

Nesse sentido, esta pesquisa parte de uma epistemologia decolonial. Entende-se que, historicamente, as relações sociais da democracia liberal, mercado e modelos de estado foram moldadas a partir de um avanço colonial no atlântico norte (MIGNOLO, 2005).

A pesquisa buscou, inicialmente, considerar vivências de pessoas que participaram ativamente do espaço pesquisado. A pesquisa consistiu em duas etapas distintas de coleta de dados.

Além disso, a construção de estudos envolvendo o espaço de governança da internet, em geral, têm intrinsecamente uma multidisciplinariedade decorrente da própria natureza do espaço e dos temas e saberes envolvidos: a coordenação política de elementos técnicos e tecnológicos a partir de códigos e outras regras.

A primeira envolveu um conjunto de três entrevistas semiestruturadas⁶⁴, realizadas para colher, de maneira preliminar, impressões a respeito de estruturas colonializantes no espaço de discussão da ICANN. As perguntas foram orientadas e estruturadas a partir dos estudos realizados sobre as teorias de governança e colonialidade apresentadas até o momento como marco teórico. Os dados coletados foram tratados e resultaram na estruturação do segundo momento da coleta de dados.

As entrevistas foram realizadas de maneira sigilosa, tendo sido isso indicado desde o início do processo de entrevista. Acredita-se que, com isso, haja liberdade maior das pessoas entrevistadas para falar sobre o tema tratado. Os limites da escolha metodológica apresentada são exatamente esvaziar os depoimentos da expertise profissional das pessoas entrevistadas, bem como a revelação de sua nacionalidade, idade ou gênero.

A partir do que foi coletado na primeira etapa, foi possível estruturar uma pesquisa em registros oficiais do organismo que possibilitaram encontrar elementos documentados e concretos para confirmar ou refutar as impressões iniciais. A vantagem desta metodologia é a grande quantidade de registro virtual de reuniões, considerações e participações dos espaços de discussão da ICANN. Os limites encontrados são que estas informações também estão limitadas e sua confiabilidade está reduzida ao cuidado e ao acesso ao que foi produzido direta ou indiretamente pela organização.

5.2 Os Conhecimentos de Vivência

Conforme adiantado, as entrevistas foram realizadas a partir do dia 19 de junho de 2017, com pessoas que participam ativamente das discussões e espaços de encontro da ICANN. Foram 10 perguntas pré-estabelecidas, mas feitas de maneira aberta e com possibilidade de outras contribuições e questionamentos que tenham sido feitos no momento.

Quando indagadas sobre o assunto, todas as entrevistadas entenderam haver uma diferença nos interesses dos diferentes grupos de stakeholders: governo, empresas e sociedade

⁶⁴ Nesse sentido, foram feitas 10 perguntas pré-estabelecidas, mas feitas de maneira aberta e com possibilidade de outras contribuições e questionamentos que tenham sido feitos no momento

civil. Nesse sentido, a estrutura da ICANN foi exaltada, sendo vista como uma forma interessante de se implementar o multistakeholderismo em termos formais: com espaços criados especificamente para garantir a participação de cada um desses grupos isoladamente (discutindo-se a questão apenas entre os pares representantes do mesmo grupo de stakeholders) e coletivamente (entre todos os grupos de stakeholders) – exatamente para não silenciar nenhum dos interesses de cada um desses grupos. Contudo, foi apontada a possibilidade de divergências entre os próprios participantes dentro de um mesmo grupo, o que tende a acontecer com frequência.

Quanto ao alinhamento de interesses de participantes de um mesmo bloco geopolítico ou geográfico, também é latente a todas as entrevistadas que há uma possibilidade de convergência de opiniões, de diferentes grupos de stakeholders (governo, sociedade civil e empresas) vindos de um mesmo bloco, sendo o caso “.amazon” citado como exemplo mais de uma vez⁶⁵. Nesse sentido, foi-se alertado, porém, que isso é um fenômeno que nem sempre acontece, bem como que as aproximações de blocos muitas vezes não se dão apenas pela proximidade geográfica: pode haver uma aproximação de países em desenvolvimento em torno de algum tema unicamente porque aquela decisão os afeta de maneira similar. Ou seja, essas formações em blocos de nacionalidades acontecem de maneira responsiva e imprevisível, previamente ao tema do debate.

Quando indagados sobre alguma assimetria de poder entre os diferentes grupos de stakeholders (sociedade civil, empresas ou governo) nas etapas do processo de discussão e deliberação da ICANN, todas as entrevistadas foram enfáticas de que há uma diferença significativa entre o poder de participação dos diferentes grupos: existe ênfase no poder de participação das empresas e comunidades técnicas, seguidas dos governos (com a ressalva de que eles não participam tanto da estrutura da ICANN, mas sim do IGF) e, por fim, da sociedade

⁶⁵ Este caso trata da criação do nome de domínio “.amazon” pela gigante da internet Amazon, segundo relatado pelas entrevistadas. O pedido foi feito pela própria empresa e registrado primeiro por ela, antes de qualquer outro país solicitar a criação do mesmo domínio. Mas na hora da deliberação sobre o pleito, diversos países da região amazônica, com forte presença de liderança do Brasil, se uniram para reivindicar um direito sobre o nome de domínio. No caso em questão, tanto os três tipos de stakeholders “amazônicos” quanto os três tipos de stakeholders americanos votaram em bloco: sendo os americanos a favor da criação do domínio, uma vez que não haveria direito sobre criação de domínios locais. Enquanto que os stakeholders “amazônicos” entendiam o registro do .amazon como uma afronta à soberania desses países amazônicos.

civil. Além disso, fez-se a ressalva de que, na verdade, qualquer tipo de caracterização dos participantes pode ser determinante para essas assimetrias: gênero, cor, etnia, orientação sexual, etc. Cada uma dessas questões pode influenciar o poder da pessoa na comunidade, uma vez que o poder de participação de todos tem uma aparente ligação com o contexto social de origem.

Nesse sentido, quando indagados se algum dos grupos de stakeholder teria mais voz nos processos de deliberação política coletiva, todas as entrevistadas disseram que isso é perceptível, principalmente quando se observam as empresas. Estas teriam um envolvimento muito maior que a sociedade civil, que tem menos incentivos a participar, ou mesmo que os governos, que possuem estrutura e incentivo à participação, mas divide sua atenção política com diversas outras questões a serem tratadas. Fez-se a ressalva de que, pela estrutura da ICANN, há uma igualdade de participação formal: com abertura e estruturação para recebimento formalmente igualitário das participações dos diferentes *stakeholders*, mas materialmente desigual.

Como exemplo citado do que foi relatado, uma das pessoas entrevistadas indicou que, mesmo entre a sociedade civil, a quantidade de participações de ativistas e representantes de ONGs de proteção à defesa dos direitos sociais norte-americanos eram muito maiores em termos de tempo, número e “impacto” – em outros termos, seja pelo reconhecimento ou mérito das intervenções, eram levadas em conta como participações mais qualificadas. E, direta ou indiretamente, acabavam sendo intervenções mais numerosas em termos comparativos com participantes de outros blocos ou países: seja em tempo de fala ou quantidade de falas, portanto.

Do mesmo modo, a percepção é de que a ICANN tenta remediar o problema, mas há de forma geral um falso senso de participação: ainda mais quando se trata do poder de agenda das grandes empresas. Nesse sentido, um exemplo dado foi de uma empresa que foi virtualmente atacada por hackers e metade dos servidores do mundo caíram. Neste caso, a pressão para definir a prioridade de pauta das demandas desta empresa foi gigante e incomparável com o tipo de impacto criado por demandas de outros stakeholders. Para as pessoas entrevistadas, os demais atores foram, nesse caso, considerados materialmente menos importantes no debate de governança.

Quando indagados de que maneira seriam percebidas estas assimetrias de poder – se seriam questões como maior tempo de fala, tempo de participação ou apenas uma percepção de que determinados grupos teriam maior assertividade (aqui entendido como êxito em disputas

por temas de interesse específico) – todas as entrevistadas disseram entender como uma questão muito mais de desigualdade material (na prática, as pessoas participam menos e tem menos êxito) do que formal – ou seja, menos em relação à forma como estão estruturados os encontros e debates. Os espaços de discussão, em tese, são abertos e a possibilidade de participação de todos os grupos é idêntica. Mas, na prática, apenas alguns grupos conseguem ter uma participação significativa.

Um exemplo citado foi a Delegação dos Estados Unidos, que geralmente leva alguém do departamento de estado, alguém do FBI, alguém do departamento de marcas e patentes, alguém do departamento de comércio. No caso de outros países, porém, alguns levam apenas um ou dois diplomatas ou mesmo representantes que não tem poder efetivo. Em outros termos, o EUA tem uma participação muito melhor estruturada e preparada materialmente, mesmo que as estruturas de participação sejam idênticas e abertas igualmente a todos.

Nesse sentido, foi apontado, então, que o problema de assimetria iria bem além da “quantidade de fala” ou participação, sendo uma questão de qualidade: é perceptível que alguns países e *stakeholders* têm uma capacidade muito maior de participar dos debates e isso acaba influenciando suas capacidades de participação e assertividade.

As empresas também tem essa capacidade mais bem articulada de participação, principalmente no caso das gigantes da internet, que agora exploram comercialmente os nomes de domínio, que têm mandado constantemente uma equipe numerosa e com expertise para acompanhar as mais diversas discussões com consistência e qualidade.

Além disso, haveria dificuldade de novos representantes da sociedade civil serem bem recebidos pelo resto da comunidade, uma vez que a participação da sociedade se torna centralmente afetada pelos *gatekeepers*: pessoas da sociedade civil que dão o “aval” de reconhecimento como participante sério de outros interessados na participação nos espaços de governança, que passam a ter um peso central na discussão após o recebimento deste aval.

Nesse sentido, haveria inclusive o problema do “*volunteer burnout*” a ser enfrentado: a sociedade civil torna a entrada desses grupos tão difícil que pode ampliar o desgaste ou estresse. Associado a este problema, estaria outro problema, o do estigma de ingressantes no

debate pelo sistema de Fellowship da ICANN⁶⁶ por serem vistos comumente como pessoas despreparadas ou desinteressadas, de fato, no tema – sendo pessoas que provavelmente irão passar pouco tempo debatendo o tema e participando dos espaços propostos.

Quando as pessoas entrevistadas foram indagadas se consideravam haver alguma assimetria de poder entre países e blocos geopolíticos, há uma percepção geral e convergente de que os EUA tem maior participação. Europa vem em seguida; Ásia e América Latina teriam uma proximidade em termos de participação e depois viria a África e o oriente médio – que seria a participação decorrente mais ou menos diretamente proporcional à ordem de formação de e conexão das regiões à rede mundial e “surgimento” da internet na região, o que ajudaria a explicar a assimetria de participação. Em alguns blocos, como a união europeia, o alinhamento é bem claro entre os países envolvidos.

Quando indagados se especificamente políticas públicas internas ou nacionais (e leis) adotadas nos Estados Unidos afetariam a governança da internet mundialmente, todas disseram ser verdade. Um caso citado foi o caso Snowden: todos já sabiam do vigilantismo praticado, mas o Snowden apresentou provas cabais de que havia vigilantismo e monitoramento dos cidadãos do próprio Estados Unidos. Isso mudou tudo na governança da internet, inclusive a partir das normas nacionais criadas pelos EUA e medidas públicas tomadas a partir do caso.

Nesse sentido, em outro exemplo, a ICANN estaria demorando para se adequar às normas europeias de proteção de dados porque o mercado interno é contra a extraterritorialidade das normas europeias: forçando a diminuição da velocidade de políticas de governança mundialmente por questões nacionalmente colocadas pelos Estados Unidos.

Como ressalva, foi dito também que estas questões vão bem além do terrorismo: sendo apontado que qualquer sanção econômica feita, mesmo que unilateralmente pelos Estados Unidos, afeta toda a governança da internet. Até porque boa parte das empresas de fornecimento de serviços relacionados ao DNS estão localizadas nos EUA.

⁶⁶ Sistema de incentivo de participação da sociedade civil de pessoas que não tenham recursos para participarem ativamente dos debates da ICANN com verba própria. Neste programa, os candidatos são pontuados de acordo com diversos critérios e os selecionados recebem passagem, hospedagem e uma pequena quantia de dinheiro para ser gasta durante o período em que estiver ocorrendo o respectivo encontro da ICANN.

Outro caso citado foi o evento de fechamento de entrada aos EUA para qualquer estrangeiro. Diversos membros da ICANN que não eram originários dos EUA não puderam participar dos encontros presencialmente enquanto a barreira a determinados países ou regiões duraram – e as entrevistadas foram enfáticas de que a participação a distância das discussões, apesar de ser possível, não é como participar pessoalmente: sendo esta muito mais eficaz para garantia de interesses de cada *stakeholder*. Outros países e *stakeholders* reagem, mas nem sempre conseguem solucionar ou mitigar o problema diplomático.

Quando indagados se o mesmo valeria para medidas tomadas por países europeus, a resposta foi que eles tem uma ingerência indireta muito grande por conta dos processos internos de proteção aos bens e serviços internos, isso acaba respingando na dinâmica da ICANN. Ou seja, EUA tem ingerência direta e a Europa ocidental é mais indireta. Essas são as duas regiões com mais ingerência nos processos. Nesses termos, indiretamente, se disse que quanto mais poder internacional, mais facilidade de afetar unilateralmente a governança da internet.

Quando as pessoas entrevistadas foram indagadas se o Brasil teria algum poder de ingerência direta ou indireta na dinâmica de governança da internet na ICANN, disse-se que sim. O Brasil ter feito um marco civil da internet, por exemplo, que foi replicado em diversos países é uma prova disso. Mas é gritante a assimetria de poder do Brasil para conseguir influenciar na governança da internet, principalmente na governança da internet em sentido estrito (nome, números, ip), quando comparado aos EUA e Europa.

Isso porque os EUA controlam de maneira central o mercado, que é central na definição da agenda de discussão: geralmente as questões mais prioritárias acabam sendo pautadas pelo mercado, mesmo que ainda há casos de vitórias de outros *stakeholders*. Segundo uma das pessoas entrevistadas, o argumento é sempre de que se houver um problema no fornecimento dos serviços de internet, nenhum dos direitos sociais ou individuais a ser defendido pela sociedade civil ou governo poderia ser garantido. Dando-se, assim uma importância maior a questões emergenciais, técnicas e de segurança indicadas pelo mercado na definição de agenda.

Finalmente, quando indagados se haveria uma governança transnacional da internet, as respostas foram positivas, mas com algumas divergências quanto à confiança no processo. Uma das pessoas entrevistadas, por um lado, acha que, inclusive, que a governança da internet está de fato cada vez mais transnacional. Isso porque a internet estaria se tornando cada vez

mais importante e central na vida das pessoas e adquirindo um tamanho que nem mesmo os EUA e Europa conseguem sozinhos governar, o que reflete na ICANN querendo estar cada vez mais presente em outras regiões e países, inclusive com escritórios regionais.

Para outra pessoa entrevistada, por outro lado, o processo é confuso e algumas vezes parece que a governança internacional da internet por meio de um modelo *multistakeholder* é usado apenas para legitimar decisões previamente já tomadas por instâncias centrais de poder. Se a governança transnacional pode ser dita como existente, ela é muito responsiva à situação política mundial – sendo urgente pensar em formas de lidar com certos problemas de participação que já identificamos.

As impressões e esta última percepção, em especial, demonstram que talvez tenhamos um espaço de governança com uma gigante discrepância e assimetria de participação. Mas uma confirmação talvez fique mais clara com alguma forma de análise de quantidades e qualidades de participações: não apenas quantas vezes cada tipo de stakeholder participou, mas também se estas participações são eficazes e conseguiram alterar os entendimentos iniciais colocados em consulta pela ICANN.

Nesse sentido, vamos verificar alguns números encontrados nas consultas realizadas no ano de 2018 pela ICANN.

5.3 Os Números, Gêneros e Países das Participações Democráticas e *Multistakeholders* da ICANN

Foram também analisados os arquivos de consultas públicas da ICANN para verificar o perfil e a assertividade da participação das pessoas envolvidas. Nesse sentido, foram analisadas todas as 48 consultas públicas realizadas pelo organismo no ano de 2018, com um total de 593 participações individuais. Essas participações correspondem ao trabalho de 305 diferentes pessoas, que estavam ou não representando organizações no momento da participação.

A classificação buscou basicamente as informações de nome, gênero, país de origem e qual *stakeholder* a pessoa representava. Também foram analisados alguns comentários públicos por parte da equipe de coordenação dos grupos de trabalho para endereçar expressamente se as contribuições e sugestões foram ou não aceitas, a fim de tentar quantificar

assertividade e eficiência. Ou seja, a intenção foi identificar, por categoria analíticas elencadas (tipo de *stakeholder*, nacionalidade, gênero, fazer parte ou não da estrutura formal da ICANN), se as propostas feitas foram aceitas em termos de alteração de resultados, alterando as propostas iniciais em novas – o que será chamado de “assertividade” - e se esta assertividade foi alcançada por outros grupos que participaram das consultas em mesma proporção em relação ao número de comentários – aqui chamado de eficiência -, pelos grupos de trabalho responsáveis por receber e tratar os comentários.

As informações foram colhidas de acordo com informações prestadas nas próprias participações em consulta, outras dispostas na ICANNWiki⁶⁷, bem como outras fontes de consulta pública disponibilizadas na internet. O limite desta metodologia é que apesar do grau de confiabilidade das informações da ICANNWiki, uma vez que muitas pessoas não têm uma página virtual no referido canal, apesar de ser obrigatório que todos que participem da GNSO criem uma página e declarem intencionalidade no órgão (se desejam representar empresas, sociedade civil ou governos, por exemplo). Além disso, muitas vezes, por ser de autopreenchimento dos participantes, algumas informações podem estar equivocadas.

Os números encontrados são bem esclarecedores do que está em análise: analisando as participações de acordo com os países de origem, dentro dos cinco blocos geopolíticos estabelecidos pela ICANN - das 593 contribuições individuais, 227 são dos Estados Unidos, 18 são do Canadá (totalizando 245 para o Bloco ICANN da América do Norte, chamado “NA”). 98 são da Europa (Bloco ICANN “EUR”); 87 são da África, em um bloco ICANN chamado “AF”; 83 são da Ásia, Austrália e Pacífico (Bloco ICANN “AP”); 31 são da América Latina e Caribe (Bloco ICANN chamado de “LAC”). Não foi possível descobrir a nacionalidade de 49 das contribuições enviadas.

⁶⁷ Conforme diretriz estabelecida pela GNSO, todas as pessoas participantes de consultas públicas relacionadas à divisão da ICANN deve enviar uma ficha de intenções, com cadastros básicos e informando interesses, afiliações e qual grupo se aproxima mais em termos de representação. Todas essas fichas são utilizadas para alimentar a ICANNWiki, que traz informações sobre diversas pessoas envolvidas nos processos de governança dentro da organização.

Tabela 1 – Contribuições por blocos

Bloco	Contribuições	Porcentagem
NA (EUA e Canadá)	245	41,31%
EUR (Europa)	98	16,53%
AF (África)	87	14,70%
AP (Ásia, Austrália e Pacífico)	83	14%
LAC (América Latina e Caribe)	31	5,2%
Não se aplica ⁶⁸	26	4,38%
Desconhecidos	23	3,88%
Total	593	100%

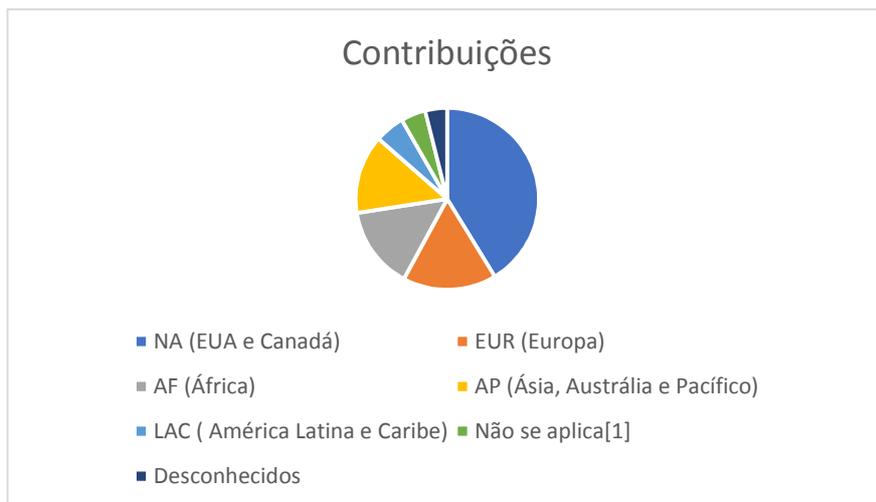
Fonte: Do autor⁶⁹

Quando colocadas as informações da tabela em imagem, temos a seguinte divisão das participações em proporção:

Figura 4 – Contribuições por blocos

68 Contribuições enviadas pela ALAC, de maneira impessoal, do conjunto de pessoas e organizações da ICANN como um todo, não sendo possível identificar a qualidade ou origem da participação.

69 Os dados brutos utilizados para a construção desses gráficos podem ser encontrados em: <https://drive.google.com/file/d/18iEQwFA0xhMoZQYxTULEF-2DuOglT6CD/view?usp=sharing>



Fonte: Do autor

Desta forma, os números inicialmente apresentados convergem com o que foi dito inicialmente, durante as entrevistas, em termos de maior participação norte-americana e europeia, sendo elas consideravelmente superiores aos demais blocos, somando 57,84% do total de contribuições. Mas há uma divergência ao que foi apresentado como impressões das entrevistadas quanto à participação dos outros blocos: não há uma aparente proporcionalidade entre a ordem de criação da rede⁷⁰ na região e maior participação, tendo a América Latina o pior índice de participação, ao invés de uma participação próxima a do Bloco da Ásia e Pacífico e superior ao do Bloco da África.

Percebe-se, também, que há uma constância de participação de alguns poucos membros que têm mandato eletivo dentro da estrutura da ICANN e que essa participação constante e protocolar poderia estar alterando a percepção da real participação por nacionalidades e blocos. Como as entidades que representam tendem a participar de todas as consultas, reunindo comentários de outros membros, estes indivíduos estavam aparecendo em praticamente todas as consultas. A fim de projetar o que a partir de agora será chamado de uma

⁷⁰ Segundo uma das pessoas entrevistadas, a ordem de conexão na internet foi NA, EUR, AP, LAC, AF, respectivamente. A ordem de percepção das participações seguiria esta ordem de criação, havendo maior participação do NA e menor do bloco AF, portanto. E tendo Ásia (AP) E América Latina participações muito similares em termos de quantidade na percepção da pessoa entrevistada.

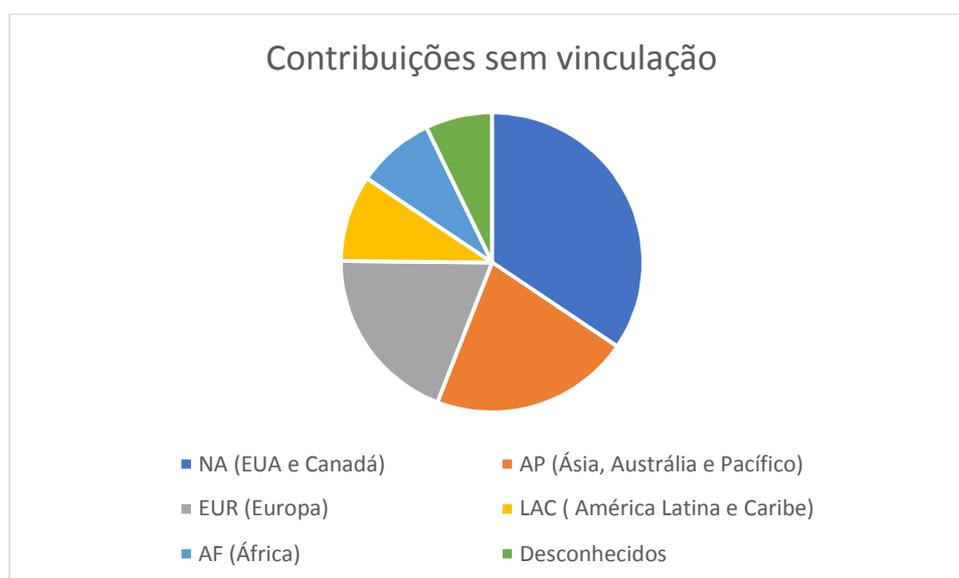
participação “sem vínculo”, “sem vinculação”, “orgânica” ou “espontânea”, olhamos apenas para aqueles que participam sem representar qualquer tipo de entidade interna da ICANN, gerando os seguintes números de contribuições de cada região:

Tabela 2 – contribuições sem vinculação por bloco

Bloco	Contribuições sem vinculação	Porcentagem
NA (EUA e Canadá)	111	34,48%
AP (Ásia, Austrália e Pacífico)	69	21,43%
EUR (Europa)	62	19,25%
LAC (América Latina e Caribe)	30	9,32%
AF (África)	27	8,38%
Desconhecidos	23	7,14%
Total	322	100%

Fonte: Do autor

Figura 5 – Contribuições sem vinculação



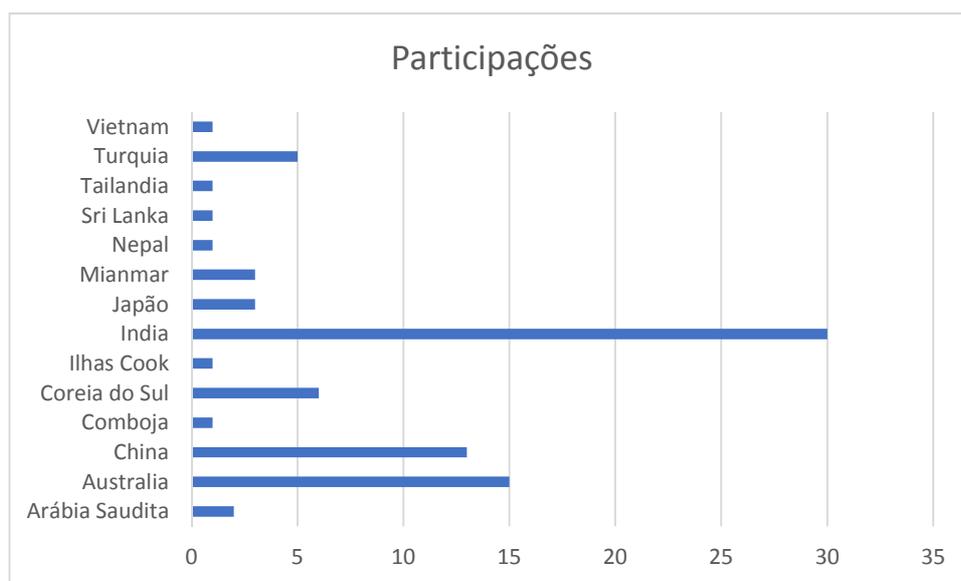
Fonte: Do autor

Esses resultados mostram que a participação “espontânea” de pessoas da Ásia e Pacífico em consultas públicas da ICANN é similar ao da Europa e bem superior ao do bloco da América Latina e Caribe, que está tecnicamente empatada com o Bloco da África, o que confirma a impressão de dominância norte-americana nos espaços. Mas não confirma o segundo lugar da Europa em termos de participação, bem como desponta a América Latina e Caribe como uma das regiões com menor participação - ao contrário da impressão das pessoas entrevistadas, que acreditariam ter o bloco LAC uma participação similar ao Bloco AP.

Conforme anteriormente apontado, há uma clara ligação entre a colonialidade e a forma de organização da nossa sociedade, democracia e mercados. O surgimento do capitalismo se deu ao mesmo tempo em que surgiu a colonialismo (MIGNOLO, 2005). Partimos deste referencial teórico decolonial com a hipótese de que as relações coloniais que nos envolvem desde o surgimento do capitalismo tal qual conhecemos afeta de alguma forma as relações responsáveis pela governança da internet, inserida no contexto de um capitalismo global, estruturado num modelo de governo chamado “democracia”.

Não é de se espantar, portanto, uma participação menor de blocos geográficos como AF e LAC. Mas, continua sendo interessante a participação da AP como quase tão numerosa quanto a europeia, principalmente considerando que quando trabalhos de governança da internet e colonialidade são pesquisados especificamente pela Índia, como se vê a seguir.

Figura 6 – Participações individuais dos países no Bloco AP



Fonte: Do autor

A Coreia do Sul e Japão, países notoriamente conhecidos por participarem de maneira ativa e com diversos retornos na área da tecnologia e internet têm menos participação que a Índia, o que leva a crer que não seja uma questão de importância nacional do tema, simplesmente. Além disso, também não parece ser uma questão simplesmente de tamanho populacional, uma vez que a China apresenta quase a metade das contribuições, também. Talvez, e esta é uma possível investigação futura, seja uma questão de organização e criação de uma identidade coletiva para reivindicações de direitos, nos termos apontados por Lyra Filho (1982). Nesse sentido, convém apontar que em pesquisa prévia, apenas surgiam estudos americanos e da Índia tratavam do tema da colonialidade nos espaços de governança da internet.

Outra teoria é que determinados países e seus *stakeholders* estão abandonando o espaço de governança da ICANN, por entenderem não haver espaço suficiente para uma gestão igualitária com países centrais.

Nesse sentido, convém observar que Cogburn (2016) aponta que a união dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) é que pode salvar a internet de uma “jardinização” e fragmentação da internet em várias pequenas. Isso é interessante sobretudo porque Fanon (1965) afirma que apesar da identidade colonizada e negra ser uma invenção branca e europeia, a única forma de combate a este processo é o autoreconhecimento dentro desta identidade inventada de negro e a luta contra o racismo a partir dela. Em outros termos, há um paralelismo entre o preceito de Cogburn (2016), da união dos países em desenvolvimento em torno de sua condição de subalternos quanto à questão da governança da internet e a luta contra as estruturas que os mantêm nesta condição.

Qualquer confirmação requereria uma nova pesquisa, principalmente sobre o suposto processo de construção de um sujeito coletivo por luta de direitos da Internet na Índia, porém. Bem como, caso esteja sendo feito o incentivo deste processo na Índia, qual seria o papel e a forma de atuação estatal no caso em questão: para verificar a adequação de um modelo de regulação em rede (BLACK, 2013) para auxiliar no processo.

Continuando a análise dos dados, podemos verificar não a quantidade de participações individuais realizadas em diversas consultas, mas tentar levantar a quantidade dos representantes que fizeram qualquer tipo de participação: para tentar levantar informações a respeito das impressões de quantidade e eventualmente qualidade dos participantes dos Estados

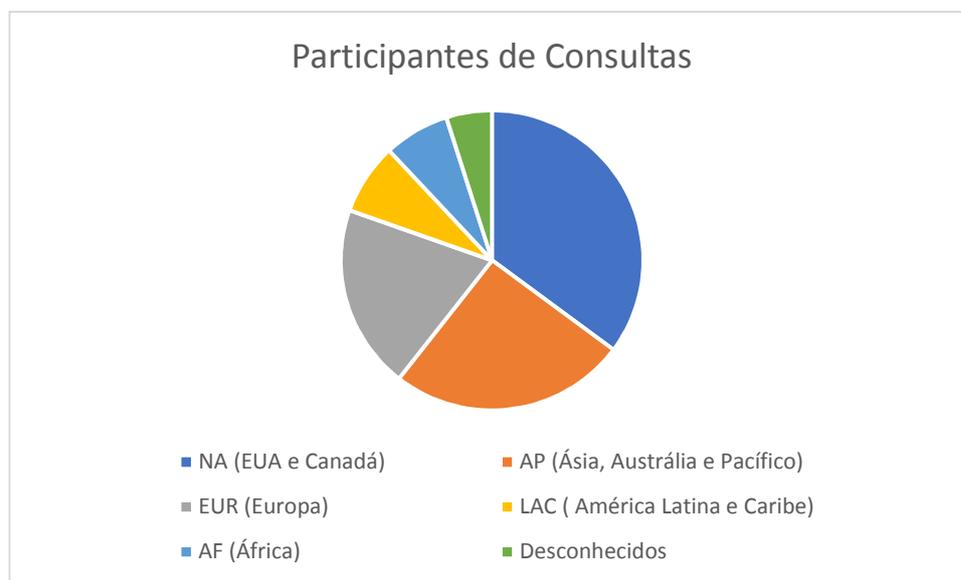
Unidos e Europa que foram apontadas como bastante numerosas pelas pessoas entrevistadas. Nesse sentido, os dados são os seguintes:

Tabela 3 – Participantes de consultas por bloco

Bloco	Participantes de Consultas	Porcentagem
NA (EUA e Canadá)	115	35,17%
AP (Ásia, Austrália e Pacífico)	83	25,38%
EUR (Europa)	65	19,88%
LAC (América Latina e Caribe)	25	7,64%
AF (África)	23	7,03%
Desconhecidos	16	4,9%
Total	327	100%

Fonte: Do autor

Figura 7 - Participantes de consultas por bloco



Fonte: Do autor

Assim, confirma-se a vantagem norte-americana de participantes, bem como uma participação mais assídua dos blocos América do Norte (NA); Ásia Austrália e Pacífico (AP);

e Europa (EUR). Mas é importante também definir quem são estes participantes, a partir da quantidade de participações (em média) que cada um deles fez.

Nesse sentido, o bloco dos EUA e EUR tiveram um número consideravelmente maior de participantes que não fizeram uma contribuição única. No Bloco América Latina e Caribe (LAC), apenas 5 pessoas não fizeram contribuição única, com um número máximo de 3 participações. O caso da África é similar: são 9 pessoas com mais de uma participação, com o número recorde de participação de 34, 24 e então 3, respectivamente, para os três primeiros lugares de participações por pessoa.

Nesse sentido, o Bloco da África também apresenta um bom índice de participação, mas cabe salientar que isso pode ter acontecido em virtude da alta participação de algumas poucas pessoas que estão vinculadas a estruturas específicas da ICANN, como se vê na tabela a seguir.

Tabela 4 – quantidade de participações dos dez participantes de consulta mais participativos

Nome do participante	País	Bloco	Gênero	Tipo de stakeholder	Membro de alguma estrutura da ICANN	Estrutura/representação	Participações
SB	EUA	NA	H	Empresas	Sim	NGSO-BC	39
RD	Tunísia	AF	H	Sociedade Civil	Sim	GNSO-NCSG	34
ICANN At-Large Staff				ICANN	Sim	ALAC	33
ZB	Tunísia	AF	M	Empresas	Sim	RrSG	24
PB	EUA	NA	H	Empresas	Sim	RySG	14
SD	EUA	NA	M	Empresas	Sim	RySG	13
BS	EUA	NA	H	Empresas	Sim	GNSO-IPC	11
LS	EUA	NA	M	Empresas	Não	INTA	9
JP	EUA	NA	H	Sociedade Civil	Não	Domainmondo	8

SVG	França	EUR	H	Empresas	Sim	GNSO-RYSG	8
-----	--------	-----	---	----------	-----	-----------	---

Fonte: Do autor

A tabela mostra que das dez pessoas que mais contribuíram, duas delas são do Bloco AF, mas contratadas ou eleitas partícipes de estruturas da ICANN (NCSG e RrSG). Além destas duas pessoas e um francês, que são vinculados à ICANN (“SVG”), todos os outros participantes na lista de maiores participações são norte-americanos.

O que nos leva a crer que é importante analisar a participação de quem não tem nenhum tipo de vinculação formal com a ICANN, para verificar se as proporções mudam significativamente. Vejamos

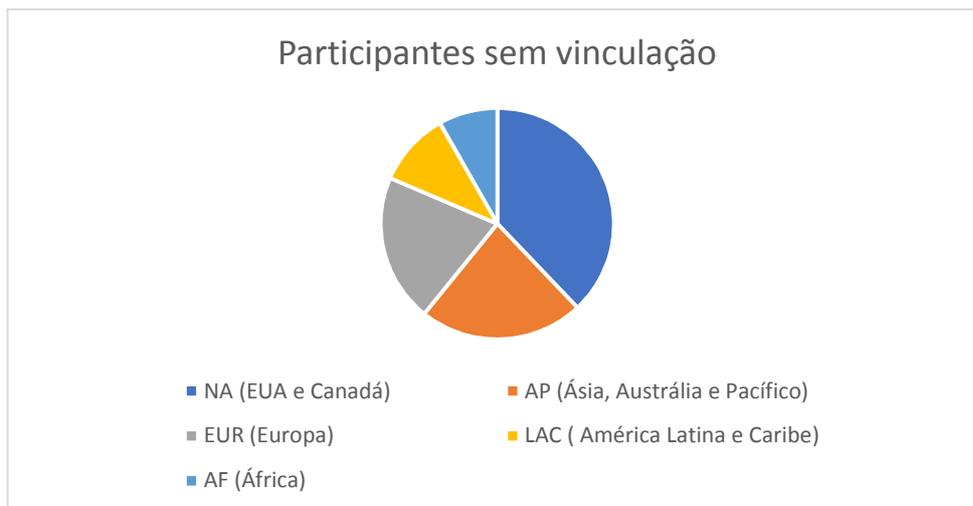
Considerando-se apenas os participantes espontâneos, que não tem nenhuma participação com a estrutura da ICANN, os números são:

Tabela 5 – quantidade de participantes sem vinculação

Bloco	Participantes sem vinculação	Porcentagem
NA (EUA e Canadá)	88	37,93%
AP (Ásia, Austrália e Pacífico)	53	22,84%
EUR (Europa)	48	20,69%
LAC (América Latina e Caribe)	24	10,34%
AF (África)	19	8,19%
Total	232	100%

Fonte: Do autor

Figura 8 – Participantes sem vinculação



Fonte: Do autor

Quando comparados com os números de participações sem qualquer tipo de vinculação com estruturas formais da ICANN (tabela 2), podemos também enxergar uma consistência e paralelismo na proporção entre os blocos:

Ou seja, só há uma discrepância quanto à quantidade de participações por participantes, considerando-se apenas a categoria analítica de bloco geográfico, quando estes são parte de alguma estrutura interna da ICANN, havendo uma constância concreta e direta da média de quantidade de participações que cada um fez ao longo do ano quando levado em consideração os blocos de origem.

Isso indica haver um grande peso na quantidade de participantes para mensurar a capacidade de impactar as consultas de maneira espontânea quando se está pensando em representatividade de blocos geográficos: se há interesse em maior quantidade de participações de determinada região, isso provavelmente implicará na necessidade de formação de mais participantes daquela região.

Ao mesmo tempo, indica que divergências numéricas em termos de média de participações dos participantes só acontecem quando estes participantes são membros ou staff de alguma estrutura interna da ICANN, o que levanta a necessidade de se olhar para as nomeações e contratações para estes espaços com uma preocupação com representatividade.

Nesse sentido, quando olhamos a questão a partir da identidade de gênero, temos os seguintes dados:

Tabela 6 – Participação por gênero

Categorias do Gênero masculino	Dados masculinos	Categorias do gênero feminino	Dados femininos	Total
Contribuições de homens	373 (62,9%)	Contribuições de mulheres	171(28,83)	593 (100%)
Contribuições masculinas não vinculadas à estrutura da ICANN	197 (61,18%)	Contribuições femininas não vinculadas à estrutura da ICANN	97 (30,12%)	322 (100%)
Quantidade de participantes masculinos	201 (61,46%)	Quantidade de participantes femininos	88 (26,91%)	327 (100%)
Participantes masculinos não vinculados à nenhuma estrutura da ICANN	163 (70,25%)	Participantes femininos não vinculados à nenhuma estrutura da ICANN	67 (28,88%)	232 (100%)

Os dados de gênero apontam uma discrepância significativa de participação entre representantes masculinos e femininos, mas que se mantém constante em todos os cenários elencados: aproximadamente, 70% para 30% de homens e mulheres, respectivamente. Isso indica a possível necessidade de preocupação com políticas de redução desta desigualdade.

Outra questão relevante são as participações quando levando-se em conta não os blocos de origem, mas os *stakeholders*. Quando analisamos os grupos representativos estes são os números encontrados de participações por tipo de stakeholders:

Tabela 7 – Participação por *Stakeholder*

<i>Stakeholder</i>	Participações	Representantes	Part. vinculadas à ICANN	Participações masculinas	Participações femininas
Empresas	294	137	147	188	104
Sociedade Civil	198	117	56	149	104
Governo	28	20	10	16	11
Total	520	274	213	353	219

Fonte: Do autor

Empresas são responsáveis por 294 dos registros de participação, sendo 147 destas vinculadas ao pronunciamento de alguma organização interna da ICANN. Essas participações foram consolidadas a partir de 188 contribuições de homens e 104 de mulheres. Participações essas representadas por 98 homens e 39 mulheres, totalizando 137 representantes.

Já a Sociedade Civil é responsável por 198 participações de pessoas ligadas ao stakeholder em questão, sendo 56 destas vinculadas ao pronunciamento de alguma organização interna da ICANN. Sendo que das 198 participações, 149 foram feitas por homens e 42 por mulheres. Participações estas que foram representadas por 83 homens e 34 mulheres, total de 117 representantes.

Quanto ao Governo, por fim, foram 28 participações, sendo 10 vinculadas a algum órgão interno da ICANN. Destas, 16 foram feitas por homens, 11 por mulheres. Essas participações foram representadas por meio de 12 homens e 8 mulheres, totalizando 20 representantes do governo.

Os resultados indicam uma quantidade significativamente maior de participação de empresas, mesmo que a quantidade de representantes entre empresas e sociedade civil seja muito similar. Além disso, a discrepância da quantidade de participações entre homens e mulheres não tende a mudar quando se mudam os outros fatores.

Ou seja, diferentemente do que acontece quando analisamos as participações a partir de blocos geográficos, aqui, o *stakeholder* empresas apresenta não só números mais altos de participação absoluta, mas maior participação por cada representante, o que pode significar uma qualificação superior dos participantes das empresas, confirmando algumas impressões dos entrevistados.

Além disso, é visível a grande diferenciação de participação entre os diferentes blocos geográficos da ICANN, principalmente quando considerado a quantidade de representantes e excluindo-se as participações vinculadas a organismos internos da ICANN.

Da mesma forma, confirma-se a impressão geral de que os governos tendem a participar de outros fóruns (como IGF) ao invés de contribuir por meio das consultas e eventos da ICANN, conforme já apontado por Mueller e Woo (2004).

Estas informações, porém, não nos ajudam ainda a descobrir a efetividade e a assertividade das participações, o que é uma preocupação relevante.

Para analisar a efetividade e a assertividade das contribuições, separamos alguns comentários feitos em consultas que traziam um relatório organizado pela comissão responsável pela condução da consulta, com a descrição de quantos comentários foram feitos por cada participação e se estes comentários teriam gerado qualquer tipo de mudança nas recomendações a serem apresentadas. Ou seja, nestas consultas em específico, é possível determinar a assertividade e eficiência das recomendações por cada tipo de segmento, grupo representativo ou identidade de gênero, a partir da quantificação dos comentários que foram ou não aceitos e incorporados às sugestões.

Tabela 7 – eficácia e eficiência das sugestões enviadas pelos *stakeholders*

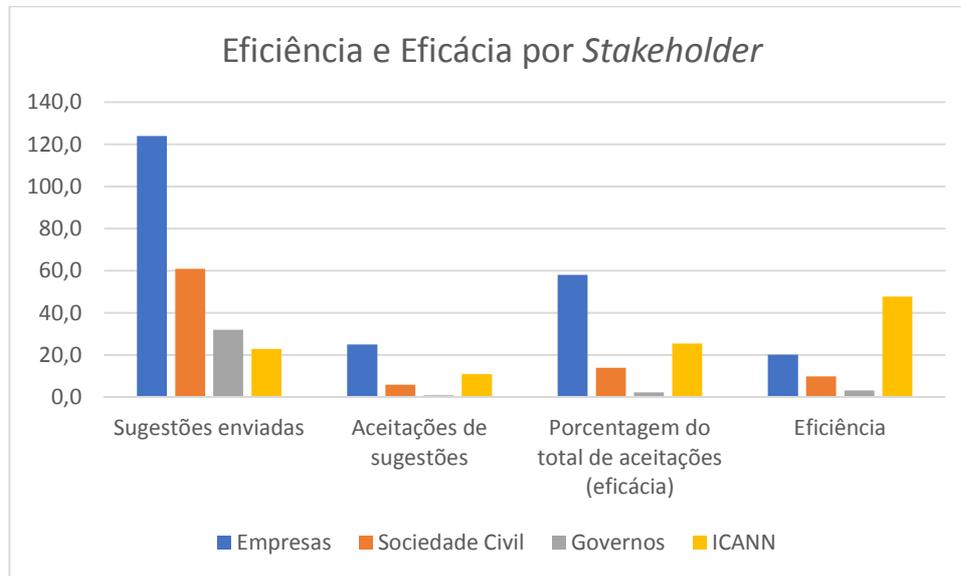
<i>Stakeholder</i>	Sugestões enviadas	Aceitações de sugestões	Porcentagem do total de aceitações (eficácia)	Eficiência ⁷¹
Empresas	124	25	58,14%	20,16%
Sociedade Civil	61	6	13,95%	9,83%
Governos	32	1	2,32%	3,25%
ICANN	23	11	25,58%	47,82%

⁷¹ Relação entre as sugestões enviadas e a porcentagem aceita.

Total	278	43	100%	15,47%
-------	-----	----	------	--------

Fonte: Do autor.

Figura 9 – Eficácia e Eficiência por *stakeholder*



Fonte: Do Autor

Apenas 43 (15,47%) do total de sugestões foram aceitas e geraram qualquer tipo de alteração nas propostas de políticas inicialmente sugeridas. Das 43 aceitas, 25 (58,14%) foram alcançadas por representantes de empresas, que apresentaram um índice de 20,16% de aceitação e assertividade das sugestões apresentadas, que foram incorporadas ao documento final; 1 por representantes do governo (2,32%), o que representa um índice de 3,25% de eficiência; e apenas 6 (13,95%) por representantes da sociedade civil, o que representa 9,83% de eficiência das sugestões feitas por este grupo. As outras 11 (25,58%) alterações foram alcançadas por representantes de outras estruturas da ICANN que não a responsável pela condução do processo de consulta pública, o que indica um índice de 47,82% de eficiência das sugestões realizadas.

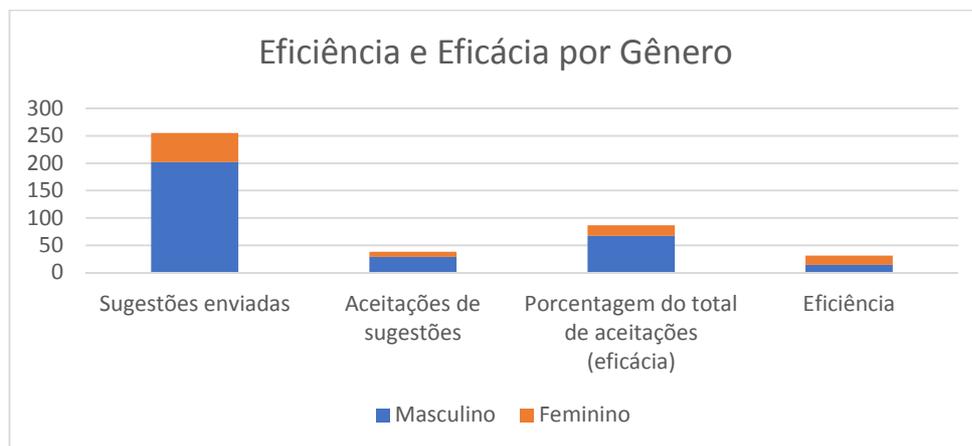
Estes números apontam um abismo entre a assertividade e eficiência das contribuições das empresas quando comparadas à sociedade civil ou mesmo aos governos, bem como o alto grau de aceitação das sugestões realizadas por órgãos internos da ICANN.

Tabela 8 – eficácia e eficiência por gênero

Gênero do participante	Sugestões enviadas	Aceitações de sugestões	Porcentagem do total de aceitações (eficácia)	Eficiência
Masculino	202	29	67,44%	14,35%
Feminino	53	9	19%	16,98%
Total	278	38	100%	13,67%

Fonte: Do autor

Figura 10 - eficácia e eficiência por gênero



Fonte: Do autor

Enquanto os homens foram responsáveis por 202 das 278 sugestões (72,66% do total de sugestões feitas) e 29 acatamentos de sugestão (67,44% do total de sugestões aceitas) pelo grupo de trabalho responsável pela consulta, resultando em um índice de eficiência de 14,35%, as mulheres fizeram 53 sugestões (19% do total de sugestões) e alcançaram apenas 9 acatamentos (20,9% do total de sugestões aceitas), alcançando um índice de eficiência de 16,98%.

Cabe ressaltar que das 48 consultas públicas, 5 (10%) não apresentavam qualquer tipo de participação feminina, enquanto os homens tiveram participação mínima em todas as 48 consultas.

As empresas deixaram de ter representação em 5 das consultas públicas apresentadas, enquanto a sociedade civil ficou sem qualquer tipo de representação em apenas uma das consultas. Isso pode indicar que a atuação da sociedade civil é bem mais pulverizada em torno dos assuntos, enquanto que as empresas, apesar da maior participação em termos absolutos, focam mais em determinados temas de interesse próprio.

Em termos de discussões mais polêmicas com a sociedade civil, a consulta número 9 foi uma das mais comentadas, reunindo 40 do total de participações. Seu tema foi sobre o planejamento financeiro do ano da ICANN, sendo que a grande maioria dos comentários foi feita para apontar os prejuízos que as propostas de corte de gastos com a redução pela metade do sistema de Fellowship e cortes totais do investimento no ICANNWiki poderiam trazer. Em exemplo, um dos diversos comentários está reproduzido abaixo:

Hello,

I have been a long-standing active member of the ICANN community in many capacities an in different SO, ACs and CCWGs, as well as supporting capacity development in the LAC region through initiatives like the South School on Internet Governance SSIG and Dominios LatinoAmerica. In all of my capacities, and based on my experience, I strongly believe that:
- ICANN should continue to fund ICANNWiki and the service it provides to the community. They provide outreach, capacity development, and great content spread across all regions. Their role in the LAC region has been recognized by many and has been included in the LAC Strategy Renewal 2018-2020. The complete discontinuation of funding to ICANNWiki would be short-sighted and disregard the investment by both the community and ICANN itself that has built ICANNWiki into a critical part of the community over the years.

- ICANN should keep and enhance the fellowship program, the on boarding program, the next gen program and very important also should keep and enhance the travel support for members of the SO and ACs. This travel support for both new comers and experienced and very active members of the ICANN community are of high importance for developing and least developed economies and essential to the policy work that ICANN does. It is the only way to ensure that a real international community is active and participating.

The travel support to SO and ACs and also the different program for newcomers could be maintained and even enhanced by using creative ways of making them more sustainable. Some ideas: offer different types of fellowships, like partial funding (ticket or hotel), offer only full fellowship for those participants that do really need it to participate, let those who want to travel business and can afford it make an upgrade on their own, among other ideas that may come up.

Thanks for letting me send these comments. Best regards
Olga Cavalli⁷²

A polêmica envolvendo a consulta e os comentários que foram prestados no corpo da discussão nos indicam também que há uma importância central nos programas de fellowship e em iniciativas de ampliação da transparência e divulgação de informações da ICANN. Também indica que, apesar da estrutura formalmente aberta e democrática aos diferentes stakeholders, há uma intencionalidade de redução de verbas para inclusão de novos participantes – o que impacta muito mais severamente os representantes da sociedade civil.

Quando estudamos a evolução da discussão sobre democracia e internet, percebemos que há uma evolução do pensamento tanto sobre a importância da internet para espaços mais democráticos (DUTTON; PELTU, 2009), uma vez que o crescimento da importância da internet para a dinâmica democrática fez com que houvesse um crescente envolvimento de sociedade civil, empresas e governos em torno da governança da internet (DUTTON; PELTU, 2005)⁷³.

Vimos como foi o processo de construção desse diálogo interno aos espaços de discussão e a construção da governança da internet como um mosaico, em que diversos stakeholders participam das discussões de governança com uma, teórica, participação igualitária (MUELLER; WOO, 2008) e que pelo processo histórico de construção da internet, havia sido consolidada a ideia de que a participação prioritária na ICANN deveria ser feita pelo setor privado (com ou sem intenções econômicas), sendo a participação governamental nesses

⁷² Acessado no site <https://mm.icann.org/pipermail/comments-fy19-budget-19jan18/2018q1/000025.html> no dia 20 de fevereiro.

⁷³ Nesse sentido, disseram os autores: “Recognition of the Internet’s global importance is leading to growing demands from governments, private enterprises, non-governmental organizations (NGOs), communities and individuals around the world to be stakeholders and partners in its governance processes. The forum strongly confirmed recommendations from the WSIS and elsewhere for such multi-stakeholder, consensus-seeking processes. Participants agreed that the decentralized, borderless and technically complex nature of the Internet means that neither traditional intergovernmental governance processes nor purely technical governance would be suitable models, as they both lack sufficient accountability and are open to capture by special interests. However, some sharp differences of opinion at the forum illustrated the inherently political nature of trying to balance stakeholders’ conflicting and complementary views, values and interests. Tensions between some ‘good’ Internet governance principles identified at the forum can also make it difficult to achieve a consensus. Realistic, rather than Utopian, policy goals that acknowledge these tensions should therefore be set.” (DUTTON; PELTU, 2005, p. 6).

espaços incidental, uma vez que o framework da internet e seu funcionamento pediria tal postura. Esse pensamento foi contestado por autores como Mueller e Woo, que acreditam que uma participação mais ativa do Estado na ICANN seja inevitável para ampliar a democracia nas discussões (MUELLER; WOO, 2008).

Nesse sentido, tanto em termos de percepção das pessoas entrevistadas na pesquisa de campo quanto em termos numéricos das participações estatais nas consultas públicas de 2018 da ICANN, há fortes indícios de uma baixa participação estatal nos espaços promovidos pela ICANN, o que serviria para confirmar a crítica de Mueller e Woo.

Em seguida, analisamos o que havia sido produzido no marco teórico decolonial utilizado nesta pesquisa e descobrimos que há uma forte produção sobre importantes autores do pensamento decolonial, como Fanon, sobre a relação do saber científico e da tecnologia com o processo de colonização e decolonialidade: seja para ampliar a dominação do povo europeu, seja para organizar os movimentos revolucionários (FANON, 1965).

A fim de se entender melhor o processo de colonização, diversas perspectivas sobre a organização colonial, política e econômica do mundo moderno foram apresentadas para melhor entender o processo de construção do Habitus, ou a forma de reagir socialmente construída a estímulos externos (BOURDIEU, 1989) principalmente a partir do ponto de vista da psiquê dos colonizados na obra de Fanon (2008).

Analisadas estas características centrais do problema a ser enfrentado, em um marco teórico determinado de decolonialidade, e de uma necessidade de maior participação estatal nas discussões da ICANN apontada por Mueller e Woo, buscou-se observar possíveis teorias que auxiliariam o Estado a participar de uma dinâmica e *framework* de decisão tão própria da internet.

O Direito Achado na Rua foi apresentado como uma perspectiva de um direito que não se entende apenas formalmente, mas materialmente. E que vai além de um “positivismo de esquerda”: ou seja, garantir o que está na lei e buscar leis que sejam alinhadas à pensamentos esquerdistas. Mas uma tentativa de garantia de sim, garantir direitos dentro do que está previsto na lei, e do que simplesmente buscar o justo que está fora do direito. Ele vai além: a partir da demanda e organização de movimentos e organizações sociais em torno de demandas e de um processo dialético permanente por busca de liberdade (LYRA FILHO, 1982).

Nessa perspectiva, o direito não deve apenas pensar em termos de estrutura formal para garantia de direitos sociais, mas ações e suportes concretos que viabilizem direitos à sociedade. Dessa forma, o papel de uma dissertação de Direito neste tema pode e deve ir além de pensar em questões formais da estrutura da ICANN – mas buscar conhecer organizações e ações políticas que possam fortalecer a conquista de direitos no espaço, construções de identidades coletivas pelo direito da internet.

Uma perspectiva regulatória descentrada foi apresentada então como uma forma de enxergar teoricamente o estado neste papel: sua função não é garantida específica e exclusivamente por ele, mas fornecida em rede (BLACK, 2001). Utilizando esta teoria, podemos imaginar que uma maior atuação estatal pode partir do reconhecimento de que a comunidade e movimentos sociais que discutam o tema devem ter um papel central organizado em rede com o Estado, ganhando uma importância real de promoção do interesse público.

Nesse sentido, um possível papel do Estado investidor nessa situação é entender seu papel em rede na governança da internet e voltar seu investimento à participação social e diminuição da desigualdade de participação, podendo haver um incentivo estrutural e financeiro para a sociedade civil participar mais ativamente da governança da internet, a partir do que fosse analisado em campo como problemas centrais a serem enfrentados.

Considerando os estudos da Mazzucato sobre os EUA e a origem de seu triunfo na área de tecnologia (2011) bem como suas sugestões para a melhora da situação no Brasil (2016), parece gritante a importância do Estado na garantia de condições de produção de novas tecnologias e sua gestão.

A fim de buscar elementos iniciais a serem mais profundamente investigados, realizamos um conjunto de entrevistas com pessoas experientes na área para levantar identificação de problemas e hipóteses iniciais.

As discrepâncias em números encontradas no trabalho de campo indicam que há, no mínimo, uma grande diferença de capacidade formal (em termos de quantidade de representações) e material de garantir os interesses de determinados grupos e países (em termos de quantos comentários foram aceitos).

Bem como, que há uma gigante distância de participação entre o Bloco dos Estados Unidos e todos os outros blocos, em especial com o da África (AF); e América Latina e Caribe

(LAC). Além disso, quando analisadas as participações que geraram qualquer tipo de mudanças as recomendações iniciais, que a representação empresarial foi a que melhor obteve resultados.

6. CONCLUSÃO

A seguir, são apresentadas novamente as principais descobertas, teses e serão elencadas possíveis explicações e soluções a partir das teorias já apresentadas nesta dissertação.

Nesse sentido, os números encontrados confirmam em alguma medida a percepção de que haveria uma discrepância formal na participação entre representantes de países centrais, especialmente os EUA, e números que apontam que a quantidade de comentários feitos no total, tem uma ligação direta quase que exclusivamente com a quantidade de representantes daqueles países: ou seja, há uma tendência de homogeneização da quantidade de participações por participantes de consultas públicas quando levando em conta a igualdade dos blocos geográficos. Porém, a homogeneidade não se mantém quando estamos falando de outros *stakeholder*, sendo as empresas as mais participativas, eficazes e eficientes nas participações realizadas, de acordo com todos os dados encontrados.

Isso significa que: 1) provavelmente há um certo grau de especialização temática que requer uma maior formação técnica de cada participante, sendo muito incomum que participantes consigam participar de muitas consultas diversas;

ou, 2) as participações espontâneas são “nichizadas”, sendo alguns temas levados em consideração pela população e outros não, de acordo com sua história e preferências pessoais;

3) as empresas possuem uma maior capacidade de obtenção de informações e habilidades para participação nos debates da ICANN;

4) isso tudo com os dados de que a maior parte do investimento em inovação e tecnologia advêm de origem públicas, inclusive aqueles utilizados para formação e habilitação de representantes, segundo a pesquisa realizada pela Mazzucato no Brasil (2016).

A exceção, que traz participes com diferentes irrestrita em diversas consultas foram as participações de pessoas com mandato ou contratadas de determinadas estruturas internas da ICANN. O que indica que

1) ou a participação dessas pessoas teria menor impacto ou conteúdo;

2) a necessidade de aprofundamento em temas complexos pode ser superado pela profissionalização das participantes;

3) a construção de uma equipe coordenada ou representada por uma pessoa facilitou sua participação em mais de um tema diferente, mas na verdade não foi apenas uma pessoa participando da consulta e por isso a divergência nos dados.

Com certeza podemos descartar a proposição “1)” da falta de impacto ou conteúdo de representantes vinculados à ICANN. Mesmo considerando que segundo as entrevistas as participações de muitos deles seja meramente protocolar, os dados das consultas com controle de alteração de recomendações originais mostra que o grupo com maior eficiência na mudança de documentos em consulta é exatamente a de representantes da ICANN.

Os números encontrados sobre eficácia e eficiência das contribuições nas consultas que apresentaram relatório com descrição das medidas que foram aceitas, nesse sentido, mostram que as participações originárias de representantes vinculados a outros órgãos internos da ICANN ou seus funcionários tinham uma aceitação bem superior à das contribuições espontâneas não vinculadas ao órgão.

Há de se fazer ainda as seguintes observações importantes: 1) a discrepância entre homens e mulheres nesse processo também é perceptível e se mantém constante quando considerados os diversos grupos de comparação, não havendo nenhum stakeholder que tenha uma proporção mais discrepante de participação feminina e masculina, mantidas ambas em 30% e 70% aproximadamente. E 2) Ao mesmo tempo, há uma discrepância significativa dos resultados de comentários (eficácia e eficiência) realizados pelas empresas, em detrimento dos outros dois grupos de Stakeholders clássicos.

Os números encontrados, em certa medida, confirmam algumas das hipóteses já elencadas de diferenças formais e materiais de participação, em especial a prevalência dos EUAs e empresas no processo de discussão da governança da internet. Ainda, algumas surpresas foram encontradas, como a subrepresentatividade da comunidade da América Latina e Caribe, em termos formais nas consultas públicas da ICANN, mesmo quando comparada com outros blocos geográficos com alguma similaridade histórica com nosso bloco.

Vê-se portanto que falta alguma forma de atuação do Estado e do Direito como forma de garantia de mais participação do grupo LAC, e fortalecimento de movimentos Latino Americanos de direitos sociais nos espaços de governança da internet. Motivo pelo qual se seguem as seguintes conclusões e sugestões a partir das correntes teóricas utilizadas:

- A criação de um grupo de participação permanente nos espaços de governança da Internet voltado à sociedade civil, com ao menos 4 pessoas e com a preocupação de representatividade de gênero e raça. Bem como representatividade de grupos acadêmicos e movimentos sociais ligados aos direitos sociais e individuais na internet.
- O financiamento do referido grupo com salário, equipamentos e instalações para profissionalização do recebimento e representação das demandas de movimentos sociais e de grupos de pesquisa. Uma sugestão seria uma parceria do governo federal com o CGI.Br, com repasse de valores a ela e gestão por parte dela de maneira democrática com o grupo.
- Um convênio do grupo e do CGI.br com o Itamaraty e universidades para articulação de participações governamentais brasileiras em contato com grupos e teorias mais atuais sobre as principais demandas e necessidades latino americanas na ICANN.
- O grupo deve ter o compromisso de organização e multiplicação da consciência sobre a organização da sociedade civil em torno do sujeito coletivo que reclamará sua liberdade nas redes.

Assim, a proposta regulatória é de um Estado que organiza e faz parte de uma rede, agindo de maneira responsiva (BLACK, 2001), através do diálogo e permanente troca com os demais atores envolvidos no tema, sem uma preocupação de monopolizar a atuação em torno da governança da internet.

Ainda, como bem apontado Fanon (2008), há uma questão da psiquê colonial que provoca diversos efeitos na mente e comportamento daquelas pessoas de países colonizados (FANON, 2008). Isso abre caminho a uma pesquisa ainda mais profundo sobre o que aqui foi analisado, uma vez que a baixa participação Latino Americana estava ainda abaixo do que era esperado pelas pessoas entrevistadas.

Por que a América Latina é a região do Mundo com menor participação nas consultas da ICANN? Os dados apontam, portanto, para mais pesquisas futuras que consigam aprofundar as respostas e dados aqui já apresentados.

Bem como, temos a possibilidade de avançar a pesquisa para tentar entender por que o processo de participação da Índia tem ganhado tanto aparente destaque - uma vez que variáveis mais óbvias como região, população e conexão com o mercado de tecnologia e internet (como Japão, China e Coreia do Sul) não têm apresentado os mesmos resultados em termos de participação que o país em desenvolvimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AYRES, Ian; BRAITHWAITE, John. *Responsive Regulation: Transcending the Deregulation Debate*. Oxford University Press, New York, 1992.

ARENDDT, Hannah. **Da Revolução**. Editora Ática S.A, 1988.

BALDWIN, Robert; BLACK, Julia. *Really Responsive Regulation*. LSE Law, Society and Economy Working Papers n° 15/2007, London School of Economics and Political Science, 2007.

BARBER, B. **Strong Democracy: Participatory Politics for a New Age**. Berkeley: University of California Press, 1984.

BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: as consequências humanas*. Trad: Marcus Panchel. – RJ: Zahar, 1999. 145p.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil. 1989

BLACK, Julia. *Decentring Regulation: Understanding the Role of Regulation and Self-Regulation in a 'Post-Regulatory' World*. *Current Legal Problems*, Volume 54, Issue 1, Pages 103–146. 2001

BRANDON, Robert. **Articulating Reasons: An Introduction to Inferentialism**, Cambridge: Harvard University Press, 2000.

BRAITHWAITE, John. **The Essence of Responsive Regulation**. *UBC Law Review*, vol. 44:3, pp. 445-520, 2011.

CASTELLS, Manuel. **Communication power**. Oxford: University Press Inc., 2009.

_____. **Networks of Outrage and Hope**. Cambridge: Polity Press, 2015.

CAVALCANTI, Victor Reis de Abreu. **As manifestações de junho de 2013: uma análise a partir do embate teórico entre democracia procedimental e pluralismo agonístico**. 2013. 380 f., il. Monografia (Bacharelado em Direito) - Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

COGBURN, Derrick L. **Multiple logics of post-Snowden restructuring of internet.** In: MUSIANI, Francesca (ed.); COGBURN, Derrick L. (ed.); DENARDIS, Laura (ed.); LEVINSON, Nanette S. (ed). **The turn to infrastructure in Internet governance.** London: Palgrave-Macmillan, 2016, p. 25-45.

CORONIL, Fernando. **Natureza do Pós-Colonialismo do Eurocentrismo ao Globocentrismo.** In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Edgardo Lander (org.) CLACSO, Buenos Aires. 2005.

DAHLBERG, Lincoln. Democracy via cyberspace - Mapping the rhetorics and practices of three prominent camps. In: *New Media & Society*, vol3(2), pp. 157-177, 2001.

DENARDIS, Laura. **The emerging field of Internet governance.** In: DUTTON, William H.(ed.). **The Oxford handbook of Internet Studies.** Oxford: Oxford University Press, 2013,p. 555-575.

DIANI, M. Social movement networks virtual and real. **Information, Communication & Society**, v. 3, n. 3, p. 386–401, jan. 2000.

DOWNING, J. D. H. **Computers for Political Change:** PeaceNet and Public Data Access. *Journal of Communication*, v. 39, n. 3, p. 154–162, 1989.

DUTTON, William H.; PELTU, Malcolm. **The emerging Internet Governance Mosaic:** Connecting the Pieces. Oxford: University of Oxford, 2005.

_____. **The new politics of the Internet: multi-Stakeholder policy-making and the Internet technocracy.** In: CHADWICK, Andrew (ed.); HOWARD, Philip (ed.). *The Routledge handbook of Internet politics.* London: Routledge, 2009, p.384-400.

FANON, Frantz. **A Dying Colonialism.** Groove Press, New York, 1965.

_____. **Sociología de una revolución.** 3. ed.Traducción de Víctor Flores. México 13, D.F.: Ediciones Era, 1976.

_____. **Peles negras Mascaras brancas.** Bahia: Editora Federal da Bahia, 2008

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Trad. Raquel Ramalhete. 37ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009, 291p.

_____. **Microfísica do Poder**. Trad. Roberto Machado. 29ª reimpressão, Rio de Janeiro: Edições Graal, 2011, 295 p.

FREITAS, C. S.. **Mecanismos de Dominação Simbólica nas Redes de Participação Política Digital**. In: SILVA, Sivaldo Pereira da; BRAGATTO, Rachel Callai; SAMPAIO, Rafael Cardoso (Org.). (Org.). Democracia digital, comunicação política e redes: teoria e prática. 01ed. Rio de Janeiro: Letra & Imagem, 2016, v. 01, p. 27-45.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas ciências sociais**. In: JANTSCH, Ari Paulo; BIANCHETTI, Lucídio (Orgs.). Interdisciplinaridade: para além da filosofia do sujeito. Petrópolis: Vozes, 1995.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

_____. **Between Facts and Norms: Contributions to a Discourse Theory of Law and Democracy**. MIT Press, 1996.

_____. **Sur le droit et la démocratie**. Note pour un débat. Le Débat 1997/5 (n° 97), p. 42-47, 1997.

KENNEDY, Duncan. **Legal education and the reproduction of hierarchy: a polemic against the system**. Nova York: New York University Press, 2004.

KURBALIJA, Jovan. **An Introduction to Internet Governance**. Geneva: DiploFoundation, 7ª edição, 2016.

LESSIG, Lawrence. **Code and other laws of cyberspace**, version 2.0. BasicBooks, 2006.

LYRA FILHO, Roberto. **O que é o direito?** São Paulo: Editora Brasiliense. 1982.

_____. **Humanismo Dialético (I)**. In: Boletim da Nova Escola Jurídica Brasileira, n.2. Brasília: Nair, 1983.

MAZZUCATO, Mariana. **The Entrepreneurial State**. Londres: Demos Publisher, 2011.

MAZZUCATO, Mariana; PENNA, Caetano. **The Brazilian Innovation System: a Mission-Oriented Policy Proposal.** Proposal. Avaliação de Programas em CT&I. Apoio ao Programa Nacional de Ciência (Plataformas de conhecimento). Brasília, DF: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2016.

MIGNOLO, **A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade.** In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Edgardo Lander (org.) Buenos Aires: CLACSO, 2005.

MIRKIN, Barry. **Arab Spring: Demographics in a region in transition** United Nations Development Programme. Regional Bureau for Arab States. Arab Human Development Report Research Paper Series. 2013.

MOUFFE, Chantal. **Por um modelo agnóstico de democracia.** In: Revista de Sociologia Política, p.11-23, Curitiba, 2005.

MUELLER, Milton; WOO, Jisuk. **Spectators or players? Participation in ICANN by the “rest of the world”.** In: DRAKE, William J. (ed.); WILSON III, Ernst J. (ed.). Governing global electronic networks: international perspectives on policy and power. MIT Press, 2008, p. 507-533.

_____. **Ruling the root: Internet governance and the taming of cyberspace.** Cambridge: MIT Press, 2004.

MURRU, M. F. **New media – new public spheres? An analysis of online shared spaces becoming public agoras.** In: CARPENTIER, N.; PRUULMANN-VENGERFELD, P. (Eds.). . Communicative Approaches to Politics and Ethics in Europe. [s.l.] Tartu University Press. p. 141–154. 2009

QUEIROZ, Ivo Pereira. **Fanon, o Reconhecimento do negro e o novo humanismo: horizontes descoloniais da tecnologia.** Tese de doutorado da Universidade Tecnológica do Paraná, Curitiba, 2013.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina.** En libro: La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas Latinoamericanas. Edgardo Lander (comp.) CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, Argentina. Julio de 2000. p. 246.

SILVA, Danniell Gobbi Fraga da. **Identidade em ambiente virtual: uma análise da rede estudantes pela liberdade.** 2016. 126 f., il. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) - Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

SOUZA JÚNIOR, José Geraldo de. **Educação em direitos humanos na formação dos profissionais de direito:** novas perspectivas a partir do ensino jurídico. In: I Congresso Interamericano de Educação em Direitos Humanos. 2006

_____. **Direito como liberdade:** o Direito achado na rua: experiências populares emancipatórias de criação do Direito. 2008. 338 f. Tese (Doutorado em Direito)-Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

TOKARSKI, Carolina Pereira. **Com quem dialogam os bacharéis em direito da Universidade de Brasília?:** a experiência da extensão jurídica popular no aprendizado da democracia. 2009. 140 f. Dissertação (Mestrado em Direito)-Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

VAN DIJK, Jan. Digital Democracy: Vision and Reality. In: I. Snellen & W. van de Donk 'Public Administration in the Information Age: Revisited', IOS- Press, 2013.

VEDEL, Thierry. The Idea of Electronic Democracy: Origins, Visions and Questions: Origins, Visions and Questions. *Parliamentary Affairs*, 59 (2), pp.226 – 235. 2006.

WACQUANT, Loic. **Esclarecer o Habitus.** In: *Educação & Linguagem*, Ano 10, nº 16, pp. 63-71. 2004

WOODS, Ellen. **Democracia contra capitalismo:** a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2003.

APENDICE A – EXTRATO DAS ENTREVISTAS

Pergunta 1 - É possível perceber, nos processos participativos de deliberação, diferenças entre os interesses de diferentes atores representantes: do governo, de empresas, ou da sociedade civil?

Para uma participante 1, isso é evidente. A ICANN teria a particularidade de os diferentes setores estarem em diferentes grupos de espaço, estando os stakeholders separados já dentro de espaços feitos para acomodar em algum espaço, com arcabouços mais ou menos específicos. Ou seja, há um espaço para discussão apenas específico da sociedade civil, como as OnGs. Mas os debates sobem para espaços de “hierarquia” superior e essas diferenças ficam mais evidentes.

Ainda para a pessoa entrevistada 1, essa estrutura complexa da ICANN favorece a organização das pessoas em torno de seus interesses e facilita o debate, uma vez que a classificação dos diversos atores muitas vezes pode ser muito fluida. A separação de grupos em estruturas diferentes, neste sentido, acaba por ajudar a delimitar inclusive o interesse que aqueles indivíduos querem defender coletivamente.

Para a entrevistada 2, o caso whois mostra que nem sempre a separação de stakeholders garante uma pluralidade de ideias entre eles. No caso em questão, a sociedade civil estava tão preocupada com princípios de livre mercado, liberalismo e de economia que os interesses da sociedade civil se confundiam com os das empresas.

Para a entrevistada 3, esse formato é pensado pelo secretariado para que haja espaço para diálogo, uma vez que mesmo dentro das mesmas categorias, estruturas e origem de países pode haver divergências entre dois participantes.

2. É possível dizer que existem semelhanças entre interesses de diferentes atores (Governo, empresas, sociedade civil) que estão mais próximos geograficamente/geopoliticamente?

Para a pessoa entrevistada 1, isso é verdade. Um caso foi o do “.amazon”, que uniu os três grupos (Governo, empresas e sociedade civil) de pessoas da região Amazônica, que estavam contra a criação de um domínio “.amazon” para a Gigante da internet de vendas online Amazon. Mas em outros casos, muitas vezes é dentro de um mesmo país que a divergência entre os grupos é ainda maior, como nas disputas de empresas e organizações pela defesa do

anonimato (sociedade civil) americanas, que divergem diametralmente em relação aos princípios que devem ser seguidos para definição dos padrões e proteções em relação ao “WHOIS” que observa e controla a identidade virtual dos usuários da rede.

Para a entrevistada 2, isso se mostrou no caso .Amazon, mas para ela isso foi um caso isolado: os blocos geopolíticos nem sempre concordam entre si independentemente de qual stakeholders estamos falando.

Para a entrevistada 3, podemos ver essas aproximações, mas não apenas entre aqueles que estejam próximos em termos geográficos, mas também em termos geopolíticos: pequenas ilhas e países em desenvolvimento, em geral, podem ter muito em comum, mesmo estando separados por diversos quilômetros.

3. Você considera que haja alguma assimetria de poder entre grupos de atores (governo, empresas, tecnocracia ou sociedade civil) nas várias etapas dos processos de discussão e deliberação?

Para a entrevistada 1, isso é evidente, principalmente em relação ao que podemos ver em termos de poder e participação das comunidades empresariais e técnicas.

Para a entrevistada 2, a diferença é grande em relação ao tipo de stakeholder, sendo as empresas as maiores participantes, seguidas do governo e então a sociedade civil – com a ressalva de que os governos participam pouco da ICANN, em si.

Para a entrevistada 3, qualquer tipo de caracterização dos participantes pode ser determinante para essas assimetrias: gênero, cor, etnia, orientação sexual, etc. Cada uma dessas questões pode influenciar o poder da pessoa na comunidade.

4. As etapas ligadas à implementação de interesses, pode variar com as características de um determinado grupo? ou seja, algum Stakeholder, teria mais voz nesses processos de deliberação política coletiva?

Para a entrevistada 1. Sim, principalmente as empresas, que tem um envolvimento muito maior que a sociedade civil, que tem menos incentivos a participar, e mesmo os governos que tem estrutura e incentivo a participação, mas divide sua atenção política com diversos outras questões a serem tratadas.

Para a entrevistada 2, formalmente a ICANN tem igualdade de participação, mas materialmente não. A ICANN tenta remediar o problema, mas há de forma geral um falso senso de participação.

Para a entrevistada 3, sim, por conta do poder de agenda que alguns atores tem, um exemplo dado foi de uma empresa que foi atacada e metade dos servidores do mundo caíram. A pressão para definir a prioridade de pauta desta empresas foi gigante.

5. E como podemos perceber essa assimetria de poder nos espaços de deliberação (o tempo de fala é maior ou menor de acordo com o grupo? Existe maior assertividade (êxito em disputas por interesses específicos) por parte de um grupo e não de outro?

Para a entrevistada 1, a assimetria é material e não formal. Os espaços de discussão, em tese, são abertos e a possibilidade de participação de todos os grupos é idêntica. Mas na prática, apenas alguns grupos conseguem ter uma participação muito maior. Um exemplo citado é a Delegação dos Estados Unidos, que geralmente leva alguém departamento de estado, alguém do FBI, alguém do departamento de marcas e patentes, alguém do departamento de comércio. Ou seja, tem uma participação muito melhor estruturada e preparada. No caso de outros países, alguns levam apenas um ou dois diplomatas ou mesmos representantes que não tem poder de primeiro escalão. As empresas também, principalmente no caso das gigantes da internet, que agora exploram comercialmente os nomes de domínio, que também mandam constantemente e com expertise diversos representantes para acompanhar as mais diversas discussões.

Para a entrevistada 2, para além dos problemas já apontados, a participação da sociedade se torna centralmente afetada pelos *gatekeepers*: pessoas da sociedade civil que dão o aval para a participação de determinadas pessoas, que passam a ter um peso central na discussão. Tem inclusive o problema do “*volunteer burnout*”: a sociedade civil torna a entrada desses grupos tão difícil que pode gerar o desgaste/estresse como doença.

Para a entrevistada 3, o problema vai além da quantidade de fala, e da questão formal de abertura da estrutura formal para todos os participações, mas também é uma questão de qualidade: é perceptível que alguns países e stakeholders têm uma capacidade muito maior de participar dos debates e isso acaba influenciando suas capacidades de participação.

6. Você considera que haja alguma assimetria de poder entre países e blocos geopolíticos?

Sim, para a entrevistada 1, os EUA claramente tem maior participação. Europa vem em seguida, Asia e America Latina tem uma proximidade em termos de participação e depois vem a africa e o oriente médio – mais ou menos com uma proporção de participação diretamente proporcional à ordem conexão das regiões à rede mundial.

Para a entrevistada 2, sim. E alguns blocos como união europeia o alinhamento é bem claro entre os países envolvido.

Entrevistada 3 diz que há uma predominância clara primeiro dos EUA e depois da Europa.

7. Políticas públicas internas/nacionais (e leis) adotadas nos Estados Unidos afetam a governança da internet mundialmente?

Para a entrevistada 1, Sim. Um caso foi o caso Snowden, todo mundo já sabia do vigilantismo, mas o Snowden apresentou provas cabais de que havia vigilantismo e monitoramento dos cidadãos do próprio Estados Unidos. Isso mudou tudo na governança da internet. A ICANN está demorando tanto para se adequar as normas europeias de proteção de dados porque o mercado interno é contra a extraterritorialidade das normas europeias. A entrevistada 1 concorda com a entrevistada 3, mas acredita que essas questões vão além do terrorismo, sendo qualquer sanção econômica feita mesmo que unilateralmente pelos Estados Unidos afeta toda a governança da internet. Até porque, boa parte das empresas de fornecimento de serviços relacionados ao DNS estão localizadas no Estados Unidos

Para a entrevistada 3, sim. Caso citado: fechamento de entrada ao EUA para quem não era americano acabou impactado todos os espaços de decisão de governança da internet. Por isso, 90 empresas de tecnologia se colocaram contra a decisão do Trump. Outros países e stakeholders reagem, mas nem sempre conseguem solucionar ou mitigar o problema.

8. Políticas públicas internas/nacionais (e leis) adotadas na Europa afetam a governança da internet mundialmente?

Para a entrevistada 1, sim: eles tem uma ingerência indireta muito grande por conta dos processos internos de proteção aos bens e serviços internos, isso acaba respingando na dinâmica ICANN. Ou seja, EUA tem ingerência direta e a Europa ocidental é mais indireta. Essas são as duas regiões, porém.

Entrevistada 3 diz indiretamente que quanto mais poder internacional, mais facilidade de afetar unilateralmente a governança da internet.

9. Políticas públicas internas/nacionais (e leis, como o MCI) adotadas no Brasil afetam a governança da internet mundialmente?

Para a entrevistada 1, sim. O Brasil ter feito um marco civil da internet que foi replicado em diversos países é uma prova disso. Mas é gritante a assimetria de abertura do Brasil para conseguir influenciar na governança da internet, principalmente na governança da internet em sentido estrito (nome, números, ip), uma vez que EUA controlam de maneira central o mercado.

10. Você acha que existe uma governança transnacional da internet?

Para a entrevistada 1, sim. E cada vez mais, porque a internet está se tornando cada vez mais importante e central na vida das pessoas. Além disso, tomando um tamanho que nem mesmo o EUA consegue sozinho regular a questão, o que reflete na ICANN querendo estar cada vez mais presente em outras regiões e países.

Para a entrevistada 2, o processo é confuso e algumas vezes o processo é usado apenas para legitimar decisões previamente já tomadas. Se a governança transnacional pode ser dita como existente, ela é muito responsiva à situação e a gente precisa pensar em formas de lidar com certos problemas de participação que já identificamos.